



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**NATANAEL ALAN DE SOUZA SILVA**

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FAMILIAR REFLETIDA  
NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM UMA  
ESCOLA RECEPTORA DE ALUNOS DO CAMPO**

**SUMÉ - PB  
2019**

**NATANAEL ALAN DE SOUZA SILVA**

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FAMILIAR REFLETIDA  
NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM UMA  
ESCOLA RECEPTORA DE ALUNOS DO CAMPO**

**Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, área de Habilitação das Ciências Humanas e Sociais.**

**Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Mestra Gabriela da Nóbrega Carreiro.**

**SUMÉ - PB  
2019**

S586i Silva, Natanael Alan de Souza.  
A influência da educação familiar refletida no ambiente escolar:  
desafios e perspectivas em uma escola receptora de alunos do campo.  
/ Natanael Alan de Souza. - Sumé - PB: [s.n], 2019.

64 f.

Orientadora: Professora Mestra Gabriela da Nóbrega Carreiro.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro  
de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de  
Licenciatura em Educação do Campo.

1. Relação família-escola. 2. Educação familiar. 3.  
Desempenho escolar. 4. Alunos do campo. I. Carreiro, Gabriela da  
Nóbrega. II Título.

CDU: 37.018(043.1)

**Elaboração da Ficha Catalográfica:**

Johnny Rodrigues Barbosa  
Bibliotecário-Documentalista  
CRB-15/626

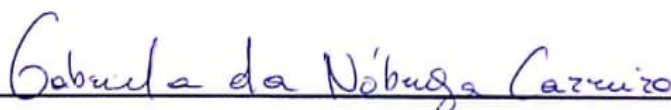
NATANAEL ALAN DE SOUZA SILVA

**A INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO FAMILIAR REFLETIDA  
NO AMBIENTE ESCOLAR: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM  
UMA ESCOLA RECEPTORA DE ALUNOS DO CAMPO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Educação do Campo, área de habilitação das Ciências Humanas e Sociais.

Aprovada em 10 de Julho de 2019

**BANCA EXAMINADORA**



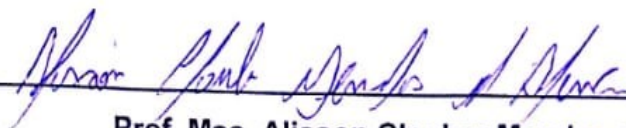
---

**Prof. Msc. Gabriela da Nóbrega Carreiro**  
(Orientadora)



---

**Prof. Dr. Fabiano Custódio Oliveira**  
(Examinador)



---

**Prof. Msc. Alisson Clauber Mendes de Alencar**  
(Examinador)

## RESUMO

O presente trabalho aborda uma problemática muito recorrente nos estudos sobre a relação entre família e escola, uma vez que essas são as duas principais instituições responsáveis pelo processo formativo-educativo das crianças e dos adolescentes. Nesse sentido, esta pesquisa busca compreender de que formas a educação familiar pode influenciar no desempenho escolar e, conseqüentemente, no seu processo formativo. Com este propósito foram recolhidos, mediante questionários e entrevista, dados referentes a vários aspectos da educação familiar de estudantes de uma turma de 9º (nono) ano da Escola Agrotécnica Municipal de Ensino Fundamental Deputado Evaldo Gonçalves, localizada em Sumé - PB. Neste estudo utilizou-se da pesquisa quali-quantitativa, caracterizada pelo estudo de caso, o qual objetivou-se descrever e correlacionar os dados coletados. Os resultados descritos na última parte, de um modo geral, buscam discorrer sobre a importância e a necessidade do comprometimento por parte dos pais com o processo de formação do filho/aluno. Assim, o entendimento desta relação é substancial para iniciar uma argumentação com o propósito de situar família e escola na direção de avanços na formação dos jovens.

**Palavras-Chave:** Educação familiar. Desempenho escolar. Processo formativo-educativo. Relação família-escola.

## ABSTRACT

The present work addresses a very recurrent problem in the studies about a relationship between family and school, since they are the two main responsible for the formative-educational process of children and adolescents. In this sense, this research seeks to understand how family education can influence school performance and, consequently, its formative process. With this aim were collected, through questionnaires and interviews, the data referred to several aspects of the family education of students of the 9th grade (ninth) year of the Municipal School of Primary Education Deputy Evaldo Gonçalves, located in Sumé-PB. Users of the qualitative-quantitative research, characterized by the case study, which aimed to describe and correlate the data collected. The end result is a general, important and important process for the parents' commitment to the child / student formation process. Thus, the issue of the relationship is essential to begin an argument for the purpose of guiding the family and the direction of advances in the formation of young people.

**Keywords:** Family education. School performance. Formative-educational process. Family-school relationship.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	Quantidade de Alunos por Zona.....	40
<b>Gráfico 2</b>	Nível de Estímulo dos Pais ao Estudo dos Filhos.....	46
<b>Gráfico 3</b>	Nível de Interação dos Pais com os Filhos.....	47
<b>Gráfico 4</b>	Nível de Frequência dos Pais na Escola.....	48
<b>Gráfico 5</b>	Correlação dos Três Gráficos.....	49
<b>Gráfico 6</b>	Notas Bons Desempenhos.....	51
<b>Gráfico 7</b>	Notas Maus Desempenhos.....	52

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E ESCOLA.....</b>	<b>10</b>
2.1	FAMÍLIA: UNIDADE E DIVERSIDADE.....	10
2.2	FAMÍLIA CAMPONESA.....	13
2.3	EDUCAÇÃO.....	14
2.4	EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	18
2.5	EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	20
2.6	BORDIEU E A EDUCAÇÃO.....	22
2.7	A ESCOLA CONSERVADORA-REPRODUTORA.....	22
2.8	O CAPITAL CULTURAL.....	24
<b>3</b>	<b>ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS.....</b>	<b>27</b>
3.1	METODOLOGIA.....	27
3.2	PESQUISA.....	28
3.3	CARACTERÍSTICAS DA INVESTIGAÇÃO/PESQUISA.....	30
3.4	ABORDAGEM QUALI-QUANTITATIVA.....	31
3.5	ETUDO DE CASO.....	33
3.6	QUESTIONÁRIO FECHADO.....	34
3.7	ENTREVISTA ESTRUTURADA.....	35
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>ORGANIZAÇÃO, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>39</b>
5.1	PERFIL DA TURMA.....	39
5.2	O QUESTIONÁRIO DOS ALUNOS.....	40
5.2.1	Eixos Temáticos Selecionados.....	41
5.2.2	Estímulos dos Pais.....	42
5.2.3	Interação com os Pais.....	42
5.2.4	Frequência dos Pais na Escola.....	43
5.2.5	Renda da Escolaridade dos Pais, e a Busca do Conhecimento pelos Alunos..	44
5.3	NÍVEIS DOS EIXOS.....	45
5.4	ENTREVISTA E DESEMPENHOS.....	49
5.4.1	Gráficos de Bons e Maus Desempenhos.....	49
5.4.2	Entrevista com a Gestão Escolar.....	52
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICE A.....</b>	<b>62</b>
	<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>64</b>



## 1 INTRODUÇÃO

A corresponsabilidade da família e do Estado de educar crianças e adolescentes vem sendo objeto de estudo de várias pesquisas, tanto no campo educacional quanto no sociológico, tendo em vista a problemática das atribuições de cada uma, enquanto principais instituições incumbidas de difícil, mas também importante, tarefa. Diversos estudos mostram que um dos principais motivos desse impasse diz respeito à omissão dos pais que, por ingenuidade, descaso ou acomodação, delega todo o dever de ensinar/educar à escola, tendo pouco envolvimento no processo educativo das crianças, e muito menos no acompanhamento efetivo do desempenho escolar.

Um dos proeminentes filósofos contemporâneos que trata desse tema em sua obra *Educação, Escola e Docência: novos tempos, novas atitudes*, Mário Sérgio Cortella (2014), entende que as famílias estão delegando todo o papel de educar seus filhos à escola quando estas confundem as etapas de escolarização, isto é, todo processo instrutivo que se dá na escola, com educação. No entanto, é preciso lembrar a estas famílias que a escolarização é uma complementariedade da educação, apenas uma parte dela, não o todo. Neste sentido, evidencia-se que a tarefa de ensinar/educar, em nossa sociedade, não pode estar centralizada apenas nas “mãos” dos professores(as). A criança não aprende apenas na escola, mas também nas relações familiares, entre a comunidade, amigos, pessoas que consideram significativas, por meio da mídia, de experiências do cotidiano, dos movimentos sociais, etc. Neste caso, a escola é a instituição social que se apresenta como responsável pela educação sistemática das crianças, adolescentes e até mesmo de adultos. Contudo, esta não pode estar sobrecarregada da função educativa, mas sim atuar juntamente com a família e a sociedade (OUTEIRALE; CEREZER, 2003).

Essa imprescindível interação entre a escola e a família, tema gerador de incansáveis discussões e de inúmeros estudos, enquanto principais instituições competentes da educação dos jovens é, no âmbito educacional, um dos principais dilemas enfrentados tanto pelas escolas como pelos pais, principalmente quando se trata de direcionar o culpado do fracasso escolar. O cerne desse impasse está na confusão de ambas as partes sobre as competências de cada uma quando o assunto é a distinção entre o ensino escolar e a educação familiar – no sentido de criar sentimentos, valores e comportamentos perenes.

Sabe-se que é no ambiente familiar onde a criança recebe, desde cedo, todo o processo inicial e constante de educação do indivíduo – o que precisam aprender, quais instituições devem frequentar, o que é necessário saberem para tomarem as decisões que os beneficiem no futuro – e é também onde se inicia a transmissão de valores, crenças, hábitos, etc. É a esse processo de transmissão de valores, crenças, hábitos, etc. que Pierre Bourdieu chama “ordem das sucessões”, “ou seja, a gestão da relação entre pais e filhos e, mais precisamente, da perpetuação da linhagem e de sua herança, no sentido mais amplo do termo.” (BOURDIEU 1998, p. 231)

O propósito deste trabalho, portanto, é identificar e compreender os aspectos da educação familiar que incidem diretamente no desempenho/comportamento escolar, desenvolvimento cognitivo e, respectivamente, nas relações sociais dos participantes em estudo, levando em conta a relevância da temática nos estudos e práticas educativas. O entendimento desta relação é substancial para iniciar uma argumentação com o propósito de nortear família e escola na direção de avanços na formação dos jovens.

É preciso ter ciência, entretanto, de que cada núcleo familiar possui papel definido (currículo familiar, isto é, práticas, rotinas e métodos educacionais pessoais de cada família) na educação da criança e isso varia de acordo com a formação, bem como da visão de mundo dos membros do núcleo. Assim como também das diversas variáveis e de fatores externos que são passíveis de existir e que podem incidir diretamente nos dados, como: a qualidade do ensino escolar, o currículo da escola, o ambiente escolar, a saúde dos alunos, a dificuldade de aprendizagem ou algum transtorno, como Déficit de Atenção (DDA), ou Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), entre outros.

Todavia, a compreensão dessa influência e de seus efeitos é fundamental para que se estabeleça uma relação concreta entre a aprendizagem/educação e o ambiente familiar.

A preocupação com a temática desta pesquisa iniciou-se a partir de observações realizadas no decorrer de estágios interdisciplinares realizados em escolas do campo, e também ao longo de participações no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID, Programa Institucional de Residência Pedagógica, em eventos escolares, acadêmicos, etc. e também por meio de pesquisas bibliográficas relacionadas ao tema.

Desta maneira, propõe-se, em primeiro lugar, a partir da coleta de dados, analisar as respostas dadas para tentar compreender a relação supracitada, que será desenvolvida mediante questionário respondido por alunos de uma turma de 9º (nono)

ano da Escola Agrotécnica Dep. Evaldo Gonçalves de Queiroz localizada na cidade de Sumé - PB.

Esta escola acolhe, em grande parte, alunos residentes do campo, de modo a enriquecer a pesquisa pelo fato de abarcar tanto realidades de alunos moradores da zona urbana quanto de áreas campesinas.

Dessa forma, o questionário foi elaborado visando coletar dados sobre a relação entre pais e filhos no convívio familiar de modo que pudesse comensurar o nível de interação existente, como também relação entre os pais e a escola e sua frequência a ela.

Por fim, ao utilizar da entrevista semiestruturada, especificamente com a coordenadora pedagógica, nos possibilitou fundamento para verificar a frequência dos pais, bem como o comportamento e o desempenho dos alunos e correlacioná-los aos dados fornecidos dantes pelos alunos, a fim de que se pudesse obter mais conteúdo para análise e formulação da conclusão.

Nos capítulos que se seguem, serão abordados assuntos relacionados ao cerne da questão evocada, como: a) Família: conceito, família camponesa e a multiplicidade do conceito de família na contemporaneidade. b) Educação: conceito, corresponsabilidade da família e do Estado, educação do campo, educação escolar e alguns dos problemas atuais.

Em seguida, discorrer-se-á sobre às questões supracitadas a partir de diferentes autores que desenvolveram pesquisas e que alicerçam este trabalho, principalmente no que concerne às investigações a cerca da relação família-escola.

Posteriormente, será relatada a metodologia utilizada para efetivação da pesquisa, onde optou-se por uma abordagem qualitativa, caracterizando-se, quanto aos procedimentos, como pesquisa descritivo-exploratória, mediante entrevistas e questionários.

Por fim, a explanação dos dados recolhidos durante a pesquisa os quais colocaremos em destaque a análise e a discussão destes, tecendo algumas reflexões e sugestões emergentes do estudo empírico, de modo a encontrar possíveis respostas para as questões inicialmente levantadas.

## 2 FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E ESCOLA

Nesta seção, pretende-se analisar alguns conceitos essenciais implicados na problemática em questão. Estes três temas – família, educação e escola – são abordados levando em conta suas correlações, com a finalidade de explicar seus conceitos e suas variações, bem como discorrer sobre as atribuições de cada uma das duas instituições – família e escola – para com a educação, atualmente. Não é pretendido e possível, contudo, esgotar o aporte teórico existente sobre cada assunto, propondo-se apenas expor os principais conceitos.

### 2.1 FAMÍLIA: UNIDADE E DIVERSIDADE

O homem, enquanto ser social e político, necessita de interagir em grupo de modo a subsistir, sendo, ordinariamente, o seio familiar o primeiro contato do ser com indivíduos, com um ambiente domiciliar, com a cultura local dominante, etc.

À vista disso, entende-se, desde tempos remotos, que a família é a instituição base de toda sociedade, por mais variações nucleares que venha a sofrer, durante o percurso temporal da história, ela continua sendo o pilar vital da estrutura social. É, também, o ambiente inicial e contínuo de educação, socialização, transmissão de valores, crenças, ideias e da história social e pessoal, onde cada ser humano adquire e estabelece sua identidade individual e social. (AMAZONAS; DAMASCENO; TERTO; SILVA, 2003).

Em território brasileiro, foi durante o período da colonização portuguesa – mais especificamente após 1549, em que a ordem dos jesuítas foi impelida de inculcar nos indígenas a cultura cristã - católica, educando-os segundo os seus princípios – que a cultura patriarcal ocidental, dominante e judaico-cristã aqui desembarcou e se perpetuou até os dias atuais, moldando o pensamento e os costumes da família. (ARIÈS, 1981)

Os princípios éticos, o ordenamento jurídico e a herança cultural que modelaram a organização da família são frutos do legado judaico/cristão desenvolvido inicialmente durante a catequização no século XVI:

Este tipo de família, em sua modalidade moderna, é marcado igualmente pela ética das religiões que demonstraram ser dominantes na sociedade ocidental, acompanhando, em termos gerais, o desenvolvimento do pensamento judaico/cristão. (ARIÈS, 1981, p. 110)

Em decorrência desse legado, atualmente, o jurídico e o consensual conceito de família configura-se como um grupo de pessoas – em sentido estrito, unicamente os cônjuges e sua prole – com parentesco, quer seja genético (parentesco consanguíneo ou natural), quer seja social (parentesco por afinidade ou parentesco civil), residentes, ou não, no mesmo domicílio. A relação não considerada consanguínea é considerada de parentesco civil. A saber, pode-se citar o casamento, a união estável, a adoção, a paternidade ou maternidade socioafetiva (adotivo), etc. (FERREIRA, 2001; BRASIL, 2002)

O Código Civil, (BRASIL, 2002, art. 1723), normatiza que: “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”

No entanto, apesar de essa organização familiar parecer predominante, durante o transcorrer dos séculos existiram diferentes formas e características de organização de um núcleo familiar do ponto de vista de sua estrutura e funções, que podiam variar de sociedade para sociedade. A título de exemplo, essa distinção pode ser verificada na organização familiar européia da Idade Média comparada à organização familiar européia da metade do século XX até os dias atuais.

Segundo Aries (ARIES, 2006, p.156), no período que compreende a Idade Média, aspectos afetivos dos pais para com a sua prole não era tão difundido como hoje. À época, diferente dos dias atuais, existia “uma realidade moral e social, mais que sentimental”. Conforme ele descreve, o mundo infantil e o adulto eram semelhantes, tanto que, “assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos”.

Dessa maneira, numa época em que se caracterizava estrutural e economicamente pelo sistema feudal, onde a produção era predominantemente agrícola e o ambiente era campesino, a educação destinada às crianças tinha como objetivo primordial ensinar um ofício, isto é, uma profissão que posteriormente exercesse efetivo labor seguindo às demandas da época e do ambiente: "era através do serviço doméstico que o mestre transmitia a uma criança, não ao seu filho, mas ao filho do outro homem, a bagagem de conhecimentos, a experiência prática e o valor humano que pudesse possuir”. (ARIES, 2006, p.228).

O ensino, – essencialmente religioso – em escolas da paróquia ou do mosteiro próximo, era restringido aos clérigos. A finalidade das escolas medievais era formar a

criança no seu aspecto moral e espiritual por meio de uma educação disciplinada e mais autoritária.

Após a Segunda Guerra Mundial – segunda metade do século XX – as estruturas familiares conheceram acentuadas alterações no seu âmago. Transformações globais – industrialização, urbanização – incidiram diretamente no êxodo rural, oportunizaram a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, assim como propiciou uma maior mobilidade informacional, social e global, acarretando mudanças no comportamento social, especialmente dos casais: baixa natalidade (com predomínio das famílias com uma ou duas crianças), aumento do número de divórcios e de famílias monoparentais, união estável, etc.

Conforme aponta Hobsbawm (1962), não obstante estivesse tratando de países ocidentais, os arranjos que ele relata não perduraram em transpor o atlântico e aportar no Brasil:

“Contudo, na segunda metade do século XX, esses arranjos básicos e há muito existentes começaram a mudar com grande rapidez, pelo menos nos países ocidentais “desenvolvidos”, embora de forma desigual mesmo dentro dessas regiões”. (HOBSBAWM. 1962, p. 315)

Principalmente nas camadas médias e altas da população apareceram novas formas de relacionamento pessoal, jurídica e eticamente legais, alcançando as camadas populares posteriormente. O número de casais vivendo sob o mesmo teto sem estarem casados legalmente cresceu, assim como a quantidade de casais homoafetivos. Outro dado que se modifica consideravelmente, comparado a séculos passados, é a taxa de natalidade, os casais têm menos filhos, e cada vez mais tardiamente, talvez em decorrência da dinâmica social moderna. Também ocorre maior número de divórcios, aumentando significativamente a população de mães solteiras.

No século XXI, especialmente a partir da segunda década, no Brasil, os dados mostram que em 2014 houve 4.854 registros de casamentos entre cônjuges de mesmo sexo (0,4% do total de casamentos). Em relação aos divórcios, entre 1984 e 1994, o número de divórcios concedidos mais que triplicou, passando de 30.847 para 94.126. Em 2014, foram realizados 341.181 divórcios, um crescimento de 161,4% em relação à década anterior e de 5,0% frente a 2013. (IBGE, 2014)

Portanto, nos dias atuais, a famigerada família tradicional composta por pai, mãe e filhos, com o pai provedor e mantenedor dos recursos e a mãe dedicada somente aos

afazeres domésticos e à educação dos filhos parece não ter mais tanto espaço como antes.

Muito embora tenham ocorrido mudanças estruturais na organização familiar tradicional, muito mais propiciada pelo desenvolvimento das sociedades em geral, e apesar de toda diversidade nos sistemas familiares, a função primária da família mantém-se intacta e continua a ser a partilha mútua de sentimentos e afetos no sentido da satisfação plena das necessidades físicas e emocionais de todos os seus membros, em busca de desenvolver harmonicamente todas as qualidades humanas, principalmente no que diz respeito à educação da sua prole.

## 2.2 FAMÍLIA CAMPONESA

É de suma importância a abordagem da família camponesa nesta seção, pois esta pesquisa envolve, predominantemente, sujeitos que residem no ambiente camponês, especificamente no ambiente camponês do Cariri paraibano (Microrregião localizada na Mesorregião da Borborema do estado da Paraíba).

No entanto, antes de mais nada, é preciso compreender o conceito de campesinato, o qual consiste em “um conjunto de grupos sociais de base, faz-se necessário, pelo conjunto da obra, compreender o conceito de campesinato, que consiste em “um conjunto de grupos sociais de base familiar que, em grau diverso de autonomia, se dedica a atividades agrícolas em glebas (pequenas porções de terras próprias para cultivo) determinadas.” (SANDRONI, 1999, p.76)

Geralmente, nesse modelo de organização social rural, predomina-se a agricultura de subsistência sendo o proprietário o detentor dos instrumentos de trabalho e também (parcialmente ou na totalidade) dos frutos do seu trabalho:

Em termos gerais, caracteriza-se por produzir baseando-se no trabalho da família, empregando eventualmente mão-de-obra assalariada; por possuir a propriedade dos instrumentos de trabalho (enxadas, arados, animais de tração etc.); por ter autonomia total ou parcial na gestão da propriedade; por ser dono de parte ou da totalidade da produção. (SANDRONI, 1999, p. 76)

Inversamente a isso, e em até certa medida prejudicial, as formas de agricultura capitalista organizadas pelo agronegócio visam a produção em larga escala para alimentar o mercado externo em busca do lucro, enquanto que a produção familiar camponesa trabalha com a finalidade primeira de se autossustentar, isto é, é satisfazer suas próprias necessidades de consumo, pois o campesinato organiza seu território para realização e manutenção de sua existência.

Historicamente a mecanização agrícola mudou drasticamente as relações de trabalho no campo e ocasionou o êxodo rural superlotando áreas urbanas, tornando frágil e menos atrativo o modo de produção familiar camponês.

Porém, tratando-se mais especificamente das resistentes famílias camponesas do Cariri paraibano que desenvolvem alguma atividade econômica no campo, as quais a maior parte depende essencialmente de fatores climáticos para agricultura e pecuária, pode-se considerar sua economia como “parcialmente mercantil”, pois esta necessita imprescindivelmente da interação com o mercado para transporte e comércio da sua produção, assim como para consumo de bens que não são produzidos no campo, devido a variados fatores.

Essa estrutura familiar camponesa no Cariri, tão somente organizada segundo a produção econômica rural, a qual traceja seus costumes, hábitos, crenças, sua educação e visão de mundo mediante o trabalho no campo, distinguem-se, de certa forma, da organização familiar residente no meio urbano, tanto pelo ambiente espacial historicamente construído quanto pelas formas de produção econômica em cada universo. Essa distinção permite analisar as diferenças e semelhanças existentes entre estas duas realidades diversas, constituídas por sujeitos que a representam e a simbolizam, principalmente no que concerne à educação familiar.

### 2.3 EDUCAÇÃO

A expressão *educação* pode ser entendida de várias formas e significados, de acordo com suas funções e objetivos. No entanto, como se sabe, muitos conceitos variam no tempo e de sociedade para sociedade. Dessa maneira delinaremos concepções de educação desde que sua compreensão etimológica.

Linguisticamente o termo *educação* é um substantivo derivado do verbo *educar*, e este, por sua vez, tem origem, etimologicamente, do verbo latim *educare*, e do itálico *ducere*. (ROMANELLI, 1960 *apud* MARTINS, 2005)



Assim como a maior parte das palavras que constituem o léxico português, o verbo educar também não foge à procedência latina, e pode-nos ensinar bastante sobre o sentido empregado a este vocábulo tão necessário para compreensão do vem a ser a educação, desde a sua origem:

[...] Diremos que educação veio do verbo latim educare. Nele, temos o preverbo e- e o verbo – ducare, dúcere. No itálico, donde proveio o latim, dúcere se prende à raiz indo-européia DUK-, grau zero da raiz DEUK-cuja acepção primitiva era levar, conduzir, guiar. Educare, no latim, era um verbo que tinha o sentido de “criar (uma criança), nutrir, fazer crescer. Etimologicamente, poderíamos afirmar que educação, do verbo educar, significa “trazer à luz a ideia” ou filosoficamente fazer a criança passar da potência ao ato, da virtualidade à realidade. (MARTINS, 2005, p. 3)

A letra *E* do termo é traduzida do prefixo latino *Ex*, que significa *fora* ou *exterior*; já *DUCERE* tem o significado de *guiar, instruir, conduzir*. Ou seja, em latim e posteriormente em itálico, educar tinha o significado abstrato de “guiar para fora”. Logo, pode ser entendido tanto como a ação pela qual se conduzia o Ser (neste caso, o jovem) para o mundo exterior, quanto para “fora” de si mesmo, no sentido de trazer à luz – sabendo-se das disposições naturais deste – suas habilidades, potencialidades e capacidades com o propósito de que fossem desenvolvidas aptidões, de modo que pudesse lidar com situações cotidianas, bem como no sentido de preparar-lhe para a vida em sociedade de maneira que viesse a contribuir com seu conhecimento aplicando-o para seu próprio bem e para o bem da comunidade em que se estivesse inserido.

Contudo, os significados do termo educação se ampliaram e hoje ela envolve uma série de conceitos com diversos nuances em áreas como a pedagogia, sociologia, psicologia, antropologia, economia, biologia e história. Tais significados podem ter o sentido mais amplo, como educar para a vida, ou mais específico, como educar para as necessidades do mercado de trabalho, educação física, educação sexual, educação no trânsito, etc.

No sentido estrito e atual, a educação, como processo pelo qual a pessoa desenvolve capacidades físicas, intelectuais, afetivas e morais, visa ao integral desenvolvimento da personalidade humana, capacitando todos para participarem harmônica e efetivamente da sociedade por meio da socialização e da qualificação para o exercício de uma profissão. (BRASIL, 1988; FERREIRA, 2001)

No Brasil, as leis que regimentam e direcionam os rumos que toma a educação são fundamentadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948. São elas a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Plano Nacional de Educação (PNL) e, principalmente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que foi criada em 20 de dezembro de 1996.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que é um documento elaborado por diversos representantes mundiais, numa assembleia geral, para promoção de direitos comuns a todos os humanos de todas as nações e povos do mundo, delinea normas básicas de dignidade humana a serem seguidas por todos os países. (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948)

Em seu art. 26º, ela estabelece que todos têm direito à instrução (entende-se também por educação) elementar ou fundamental gratuita, sendo ela obrigatória. Porém, tanto a instrução técnico-profissional quanto a instrução superior não carecem que seja obrigatória, mas acessível a todos, esta última baseada no mérito. (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948) Ainda determina também que:

Art. 26º - A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948, art. 26)

Finaliza o art. 26º artigo explicitando que a família tem prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos, isto é, que os pais devem participar na definição do currículo da escola da qual o filho faz parte, ou escolher a escola que tenha o currículo que esteja de acordo com os seus princípios, valores, etc. Direito também de reclamar às autoridades legais, caso a instrução esteja indevidamente sendo ensinada aos filhos. (ASSEMBLEIA GERAL DA ONU, 1948)

Neste mesmo sentido, a Constituição Federal no art. 205 orienta que a educação é um direito de todos, e que não compete somente a uma instituição específica a educação das crianças e jovens, mas um dever inicialmente da família, e após os quatro anos de idade - conforme determina a LDB - do Estado, mediante as instituições educacionais, com o apoio instantâneo da sociedade em geral:

Art. 205º A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p. 160)

Em concordância com a DUDH e a CF, a Lei de Diretriz e Bases da Educação, que é a principal lei que regulariza direitos e orienta deveres educacionais no Estado brasileiro, em seu art. 2º define que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art. 2º).

Conforme se pôde notar, além de orientar e responsabilizar tanto o Estado quanto os pais ou responsáveis legais pela educação das crianças e dos adolescentes, a lei ainda, nos incisos VI e VII do 12º artigo, determina que os estabelecimentos de ensino incumbir-se-ão de se articular com família e comunidade, de modo a criar processos de integração mútua entre a sociedade e a escola. Também deverá informar os pais ou responsáveis legais, sejam eles conviventes ou não com seus filhos, sobre frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre as propostas pedagógicas da escola. O que compete aos docentes, está exposto no inciso VI do art. 13º em que estes deverão “colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade”. (BRASIL, 1996, art. 13º)

Portanto, as principais leis brasileiras que tratam da educação parecem convergir no sentido de que preveem a corresponsabilidade da educação das crianças e adolescentes aos pais, ou tutelares, e ao Estado, mediante as instituições de ensino.

Como se pôde observar, a educação das crianças e dos jovens é tanto um dever legal, como uma função moral da família. São os pais os primeiros e fundamentais responsáveis por desenvolver a linguagem dos filhos em idade tenra, cuidar deles e educá-los segundo a sua cultura, os seus princípios e valores “visando à formação e desenvolvimento integral do caráter, da personalidade, dos valores morais, éticos, espirituais e estéticos, da cidadania, da autonomia, etc. e no acompanhamento de sua vida escolar.” (LUZ; SCHOTTEN, 2016, p. 6)

Ao Estado, mediante instituições educacionais, compete a educação ou instrução escolar das crianças e dos jovens. É por meio do ensino escolar composto por professores, pedagogos e uma vasta rede orientadores e instrutores da área pedagógica que o processo de ensino-aprendizagem se desenvolve, assim como também em ambientes sociais diversos. Está claro, então, que crianças e jovens devem ter seus direitos assegurados não só pela família como também pela sociedade e pelo Estado.

Ainda assim, cabe ressaltar que a corresponsabilidade dessas duas principais instituições quanto à formação integral da criança não está meticulosamente apartada por legislações supracitadas, mas como forma de complementariedade um a outra, conforme explana Tiba (2007)

A rigor, a educação escolar é diferente da família. Não há como uma substituir a outra, pois ambas são complementares. Não se pode delegar à escola parte da educação familiar, pois esta é única e exclusiva, voltada à formação do caráter e aos padrões de comportamentos familiares. A escola nunca deve absorver a educação familiar, pois seu objetivo é preparar profissionalmente seus alunos, cuidando, portanto, da convivência grupal e social. Para a escola, seus alunos são transeuntes curriculares, enquanto para os pais, os filhos existem para sempre. (TIBA, 2007, p. 187)

Entretanto, entende-se que a escola não resume-se apenas ao estabelecimento onde é transmitido um ensino coletivo, geral ou especializado, muito mais que isso é uma instituição social e educativa em que o conhecimento histórico e científico produzido através dos séculos é ensinado na mediação entre professor e aluno com a finalidade última de promover seu desenvolvimento intelectual acerca da realidade em que vive.

## 2.4 EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do Campo configura-se como uma modalidade de ensino recente no Brasil, mais propriamente a partir dos anos noventa, e é procedente das lutas dos movimentos sociais reivindicativos da Reforma Agrária. Foi dessas lutas que resultou num processo de institucionalização e normatização legal da Educação do Campo. (SILVEIRA, 2011)

Segundo Silva (2011, p. 403), “o período compreendido entre a década de 1990, até os dias de hoje, é significativo para a temática da educação do campo, tanto para sua implementação em si, quanto para condicionantes sociais...”

A Educação do Campo nasceu na expectativa de uma proposta educativa que esteja entrelaçada à sua cultura, respeitando tempos e ritmos dos sujeitos do campo, na medida em que possibilite a valorização do contexto de vida de cada sujeito, em prol de uma sociedade mais igualitária em que possa se promover a justiça social, isto é, uma sociedade na qual cidadãos, principalmente os marginalizados do campo, tenham voz.

Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade. (CALDART, 2008, p. 71)

Apesar de ter sido normatizada na lei que direciona a educação no Brasil apenas em meados dos anos 90, foi após muita luta, a partir dos anos 80, por meio de movimentos sociais, em prol da Educação do Campo, que os defensores da Educação do Campo obtiveram um ganho notório com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB) de 20 de dezembro de 1996. Na lei, a educação do campo passa a ser entendida como aquela que ocorre nas instituições escolares situadas na área rural:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, Art. 28).

E, apesar de a normatização da Educação do Campo ser bastante atual, ela já vem desde os primórdios enfrentando litigiosamente movimentos contrários à sua existência, exatamente porque o movimento parte da realidade de sujeitos que anteriormente não tiveram visibilidade social, e surgiram como forma de protesto a esta situação.

Por este e outros motivos, os defensores da Educação do Campo têm lutado por Políticas Públicas que garantam e mantenham o direito à Educação para os resistentes povos do campo que ainda lá residem, e uma das formas é lutar para que, além de que as escolas permaneçam funcionando, sejam criadas novas escolas onde existe a demanda.

## 2.5 EDUCAÇÃO ESCOLAR

Diferentemente da educação familiar, que se dá no ambiente afetivo cuja função é criar sentimentos, valores e hábitos que permitam ao educando adaptar-se ao meio social em que há de viver, a educação escolar faz parte de um processo educativo formalmente reconhecido pela sociedade, o qual é desenvolvido em escolas, públicas e particulares (nas esferas federal, estadual e municipal), sob a gerência e manutenção do Estado – via impostos – e mediante o ensino de professores, com o consentimento dos pais, embora que obrigatoriamente (no ensino público). (MOREIRA, 2012)

Segundo Cunha (1997), a partir da década de 70 houve um aumento significativo na importância dada à escolarização. Assim, a escola começou a ter grande importância tanto social quanto politicamente, pois era sinônimo de desenvolvimento, fato este que levou à expansão e à obrigatoriedade da escolaridade básica, gerando um alargamento da educação formal.

Conforme afirma Rocha (2006, p.69), atualmente “a escola é já encarada como um direito, pressupondo-se a sua obrigatoriedade e gratuidade aumentando assim o seu poder na dinâmica social.” Na legislação brasileira, é o Estado, por meio dessas instituições escolares, que tem a obrigação de transmitir um ensino coletivo, geral ou especializado a crianças de quatro a dezessete anos, o qual é universal, “gratuito” e obrigatório – assim como para aqueles que não tiveram acesso na idade própria.

Portanto, cabe aos professores dessas instituições educacionais o ensino sistemático de todo conhecimento histórico e científico produzido através dos séculos, a fim de promover seu desenvolvimento intelectual, a socialização dos indivíduos no sentido de lhes proporcionar a integração na sociedade e, fundamentalmente, prepará-los para o mercado de trabalho. (BRASIL, 1996)

Conforme consta no art. 55 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “os pais ou responsável têm obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino” bem como “acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar” (art. 129), isto é, além de à família competir obrigatoriamente a inscrição do filho na escola mais próxima de sua

residência, esta tem de constantemente monitorar seu desempenho, sendo passível de punição o descumprimento da lei, conforme tipifica o art. 246 do Código Penal Brasileiro configurando-o como crime de abandono intelectual: “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”. A pena para este crime varia entre quinze dias a um mês, ou multa. (BRASIL, 1940)

Estas leis não dão somente direitos às crianças e adolescentes, mas também responsabilizam seus pais/tutores e também a instituição escolar quando agem de forma a romper com regras e normas estabelecidas pela sociedade.

Nesse sentido, o papel da escola é fundamental em uma sociedade pois ela a principal responsável pela organização, sistematização e desenvolvimento das capacidades científicas, éticas e tecnológicas da comunidade em que está inserida:

Muito mais que isso, a escola é uma instituição social e educativa onde o conhecimento produzido historicamente e culturalmente pela humanidade é transformado cientificamente na mediação entre professor e aluno a fim de promover seu desenvolvimento global sua consciência cidadã e seu preparo para o mercado de trabalho. (LUZ & SCHOTTEN, 2016, p. 06)

Portanto, como já foi supracitado aqui, o desenvolvimento de uma criança é essencialmente condicionado pelos dois principais contextos em que esta cresce e se desenvolve: familiar e escolar. O contexto escolar é tão fundamental para a educação da criança quanto o contexto familiar, embora os dois se distingam em alguns aspectos, eles são complementares em suas respectivas funções. A escola, no papel, tem a pretensão de ser continuar, integrar e ampliar a obra educativa da família.

Mas para que a criança desenvolva harmonicamente suas habilidades e potencialidades é preciso também que a escola crie estratégias que impulsionem as famílias a conhecer seu papel no processo pedagógico, de modo que possam participar ativamente, principalmente no que diz respeito ao planejamento escolar, às metas estabelecidas pela instituição e, é claro, no acompanhamento do desempenho escolar da criança. Tanto a escola quanto os pais precisam compreender que essa relação é primordial para que se tenha uma boa evolução, onde todos desempenhem satisfatoriamente suas funções.

## 2.6 BOURDIEU E A EDUCAÇÃO

Nesta seção, são abordados alguns conceitos essenciais para análise crítica da problemática em questão. Toma-se como referência os escritos sobre educação do sociólogo crítico francês Pierre Félix Bourdieu (1930-2002). Em diversas pesquisas no âmbito da educação, Bourdieu conseguiu formular, a partir dos anos 60, teorias sobre o problema das desigualdades escolares provenientes das diferenças entre classes sociais, contribuindo significativamente para Sociologia da Educação, principalmente por ter fornecido as bases para o rompimento com a ideia do dom e da noção moralmente carregada de mérito pessoal. Dessa forma, os dois conceitos aqui tratados dizem respeito ao aspecto crítico da educação, em: A escola conservadora-reprodutora e O capital cultural.

## 2.7 A ESCOLA CONSERVADORA-REPRODUTORA

Como se viu, o primeiro contato que as crianças têm com a educação e com o social é no ambiente familiar. Entretanto, com o passar dos anos, é preciso ampliar as relações e os níveis de conhecimento, e é precisamente na escola onde o processo de desenvolvimento cognitivo e social é ampliado.

Hoje, sabe-se que a escola é uma instituição fundamental na vida da sociedade, no sentido de que é ela uma das principais instituições responsáveis por socializar, de modo sistematizado, o saber adquirido em séculos de estudo e pesquisa, bem como por desenvolver as habilidades físicas, cognitivas e afetivas e ainda por capacitar para o mundo do trabalho e para o exercício da cidadania.

Todavia, é comumente apregoado o pensamento de que na escola esse saber é transmitido de forma democrática, isto é, (aparentemente) de maneira igual para todos os alunos. Entretanto, na contraposição a esta linha de pensamento, um dos notáveis sociólogos franceses do século XX, o qual dedicou boa parte da sua vida a estudos no campo da educação, Pierre Bourdieu (1966), concluiu que estas escolas (escolas francesas, à época) são instituições que conservam e reproduzem, especialmente por meio do ensino ministrado nestas, os valores e a cultura da classe política e economicamente hegemônica, e que, mediante o controle dos meios políticos, econômicos, culturais e educacionais, mantêm a estrutura social a seu favor.



Dessa forma, todo esse arcabouço acaba beneficiando alguns em detrimento de outros, logo, àqueles que já possuem, antes da chegada à escola, os saberes e os valores dessa cultura dominante, têm seus privilégios incólumes, ou seja, esse dinamismo favorece à própria classe dominante, de modo a se perpetuar num círculo vicioso.

Nessa perspectiva bourdieuziana, a classe dominante impõe à classe dominada a sua cultura, dando a entender que esta é a boa e/ou única cultura. A essa dinâmica Bourdieu chamará de *Arbitrário cultural dominante*, isto é, o processo em que uma cultura se impõe sobre outra compulsoriamente via, principalmente, meios educacionais.

No trecho a seguir, ele disserta sobre a visão popularmente equivocada, que ressoa na sociedade, da escola que liberta e combate a desigualdade:

É provavelmente por um efeito de inércia cultural que continuamos tomando o sistema escolar como um fator de mobilidade social, segundo a ideologia da “escola libertadora”, quando, ao contrário, tudo tende a mostrar que ele é um dos fatores mais eficazes de conservação social, pois fornece a aparência de legitimidade às desigualdades sociais, e sanciona a herança cultural e o dom social tratado como dom natural. (BOURDIEU, 1966, p. 41)

A razão pela qual a escola parece ser, de certa maneira, inconscientemente, conservadora das desigualdades e da imobilidade social está no método de avaliação, quando os alunos aprovados são os mesmos que possuem os conhecimentos valorizados e previamente exigidos pela classe dominante, e os desfavorecidos são os que não tiveram contato com estes mesmos conhecimentos, de modo que estes tornam-se marginalizados em razão da classe social a que pertencem.

Em sua pesquisa, Bourdieu (1966) observa que essa desigualdade de classes incide diretamente na carreira escolar, especialmente nas oportunidades de acesso ao ensino superior, as quais as chances dos filhos de quem é da camada mais elevada são oitenta vezes superior às chances dos filhos dos agricultores assalariados, e quarenta vezes superior às chances dos filhos dos operários.

Portanto, conforme os estudos de Bourdieu e em consonância com a atual e aparente realidade da educação brasileira, nota-se que, ao contrário do que é disseminado, a escola parece não ser aquela instituição responsável por possibilitar e facilitar, com algumas exceções, a ascensão e a mobilidade social das pessoas menos favorecidas

dentro da estratificação de classes, devido principalmente à disparidade entre o acesso ao *Capital Cultural* dos membros de cada classe, logo, a escola não cumpre o que promete.

## 2.8 O CAPITAL CULTURAL

Desse modo, chegamos a um conceito fundamental para compreensão da crítica educacional feita por Bourdieu, o *capital cultural*. Para o autor, este capital[...] impõe-se, primeiramente, como uma hipótese indispensável para dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes de diferentes classes sociais, relacionando o sucesso escolar[...] (BOURDIEU, 1966. P. 73).

O *Capital Cultural* é apresentado como uma forma de poder que se distingue, em partes, das outras (*Capital Social, Capital Econômico, Capital Simbólico*), mas que está relacionado e subordinado à dimensão socioeconômica.

Bourdieu (1966) subdivide o *Capital Cultural* em três estados: *estado incorporado, estado objetivado e estado institucionalizado*. O primeiro, o *estado incorporado*, está ligado ao organismo, isto é, as disposições biológicas com que cada pessoa nasce e que se dispõe a incorporar e assimilar o conhecimento, o que requer tempo investido para aquisição e inculcação. É um capital estritamente pessoal, pois não é obtido por transmissão nem por hereditariedade, está entre as propriedades adquiridas, e depauperará com o seu dono, como a memória.

O segundo, o *estado objetivado*, como o próprio nome entrega, está relacionado às formas materializadas das coisas. São as obras de arte (esculturas, pinturas, etc.), as obras literárias (as principais obras dos principais autores) os teatros, as músicas, os museus, as bibliotecas, etc. É todo contato que existe entre o ser e os escritos, os lugares e as informações que determinada sociedade considera culturalmente valiosos. Assim, esses bens materiais e serviços são objeto de uma apropriação material, a qual está inteiramente ligada ao *Capital Econômico*, pois para aquisição desses bens e serviços é necessário que se possua capital para deles desfrutar.

Dessa forma, os estados *incorporados e objetivados* são subordinados um ao outro, pois para que se efetive o *Capital Cultural* é necessário que, além obter os bens e serviços requisitados pela classe dominante, também precisa-se incorporar estes conhecimentos, e isto requer tempo, como visto acima. Da mesma maneira ocorre no inverso: não há como incorporar os conhecimentos requeridos pela classe dominante sem a aquisição de bens e serviços, e para isto deve-se possuir *Capital Econômico*.

O terceiro estado diz respeito à institucionalização do *Capital Cultural*, isto é, à certidão de competência cultural conferida ao seu portador por meio de um diploma:

Ao conferir ao Capital Cultural possuído por determinado agente um reconhecimento institucional, o certificado escolar permite, além disso, a comparação entre os diplomados e, até mesmo, sua 'permuta'; permite também estabelecer taxas de convertibilidade entre o capital cultural e o capital econômico, garantindo o valor de determinado capital escolar. Produto da conversão de capital econômico em capital cultural, e estabelece o valor, no plano do capital cultural, do detentor de diploma em relação aos outros detentores de diplomas [...] (BOURDIEU, 1966, p. 79)

Esta última subdivisão do *Capital Cultural* trata da sua objetivação, que é o reconhecimento público da conversão do *Capital Econômico*, em que os pais diplomados e de maior poderio financeiro dispõe para que os filhos possuam e convertam este investimento em *Capital Cultural*, para, assim, adquirir o *Capital Institucionalizado* (o diploma), e este último reconvertido em *Capital Econômico*, ao entrar no mercado de trabalho. Neste mesmo sentido, Bourdieu atenta para valor em dinheiro pelo qual este *Capital Institucionalizado* pode ser trocado no mercado de trabalho, bem como todo o investimento escolar só tem sentido se houver um mínimo de reversibilidade em *Capital Econômico*.

Dessarte, o *Capital Cultural* configura-se como uma espécie de acúmulo de conhecimentos social e culturalmente valiosos, os quais foram, e continuam sendo, legitimados durante o transcorrer dos séculos pela classe dominante. Logo, caracteriza-se por uma moeda que os grupos que têm acesso a esse capital utilizam para se perpetuar no domínio e acentuar as diferenças, tornando a cultura um instrumento de dominação e exclusão.

O processo de dominação/exclusão se inicia no berço, quando pais diplomados e que dispõem de *Capital Econômico*, os quais tiveram contato com a cultura dominante, oportunizam aos seus filhos o acesso ao *Capital Cultural*. Esse processo é conservado e acentuado no ambiente escolar, pois os sistemas de ensino mediante os currículos escolares requerem competência nos conteúdos característicos do *Capital Cultural*, e os alunos cujos pais não puderam lhes viabilizar o acesso a esse capital acabam sendo excluídos, quando não reprovados, obtêm o diploma mas não possuem o capital que o mercado demanda. Nesse sistema, para que os desfavorecidos sejam desfavorecidos e os

favorecidos sejam favorecidos é necessário apenas que a escola ignore as desigualdades culturais entre as crianças das classes sociais.

Portanto, em seus estudos sobre educação, Bourdieu constata que há uma relação direta entre o resultado escolar e a classe de origem dos sujeitos nos níveis de ensino básico, mas que a maior disparidade está no ensino superior. Em vista disso, compreende-se que a necessidade de transformação dessa desigual estrutura das relações de classe está intimamente ligada à transformação do desigual sistema escolar.

### 3 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Esta seção tem por objetivo expor os caminhos metodológicos utilizados para o desenvolvimento desta pesquisa, desde as primeiras observações do problema em questão que causaram inquietação e deram origem à busca da causa hipotética do fenômeno social, até aos objetivos, procedimentos, às técnicas e abordagens que serviram de instrumento para que se chegasse aos resultados.

#### 3.1 METODOLOGIA

Uma das autoras brasileiras mais importantes nos estudos sobre as diversas perspectivas de pesquisas, Cecília Minayo, trata sobre o conceito de metodologia em sua obra *O Desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Minayo considera este um assunto muito controverso pelo fato de que há um grande debate de ideias, visões e práticas acerca da concepção de metodologia, além do que diversos autores já se debruçaram na tentativa de definir um conceito consensual. Relata ainda que alguns desses autores consideram a pesquisa indissociável da teoria, outros acreditam poder separá-las. Uns a colocam no campo da epistemologia, outros tantos consideram-na a alma, a essência do conteúdo e não apenas um instrumento ou um conjunto de técnicas. (MINAYO, 2010)

Por sua vez, ela toma partido do grupo dos que consideram a teoria inseparável da metodologia, pois segundo ela “teoria, método e técnica são indispensáveis para investigação social, a capacidade criadora e a experiência do pesquisador também jogam papel importante”. (MINAYO, 2010, p. 45)

Minayo ainda enfatiza que teoria e metodologia caminham juntas e vinculadas, porque é o conjunto de técnicas que constitui o instrumental necessário para aplicação da teoria na vida social. Salienta:

A metodologia ocupa lugar central no interior da sociologia do conhecimento, uma vez que ela faz parte intrínseca da visão social do mundo, veiculada na teoria. Em face da dialética, por exemplo, o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas. (MINAYO, 2010, p. 44)

Desse modo, a metodologia nessa perspectiva é entendida como o caminho dos pensamentos e da criatividade prática que visam, por meio de procedimentos científicos e conjunto técnicas, à investigação de determinado problema ou fenômeno da realidade social com vistas à formulação de teorias, ou à sua descrição, ao seu apontamento e até a possíveis soluções.

Em consonância e de maneira meticulosa, Barros e Lehfeld (2010) aclaram a definição de metodologia ao utilizarem perguntas para explicar o sentido do que são procedimentos metodológicos (como proceder?) e qual o instrumental técnico (com o quê?). Assim, após definir o que se pretende estudar e estabelecer o aporte teórico, o pesquisador deverá traçar sistematicamente os caminhos e selecionar os instrumentos, as estratégias e as técnicas das quais se utilizará para efetivação e execução da pesquisa.

Pedro Demo (2011), outro grande autor que se debruçou sobre os estudos de metodologia científica, por sua vez, enfatiza a distinção existente entre o procedimento metodológico científico e outros saberes:

[...] é preciso lembrar que a distinção entre ciência e outros saberes está no método, sobretudo. Enquanto estes são taxados de senso comum, postura acrítica, credulidade, etc., por vezes sem razão, ciência é assumida como conhecimento metódico, cuidadoso, testado, e se possível verdadeiro. Assim, é a metodologia que coloca mais propriamente a pretensão científica e seu domínio define na prática quem é ou não cientista. (DEMO, 2011. p. 25)

Portanto, a metodologia utilizada determina a natureza da pesquisa. No caso da metodologia científica, “em particular as técnicas de pesquisa, ensinam como gerar, manusear, e consumir dados, em contato com a realidade.” (DEMO, 2011, p. 11). Em suma, pode-se dizer que metodologia é também a explanação sistematizada de todo procedimento desenvolvido no trabalho de pesquisa.

### 3.2 PESQUISA

Considera-se pesquisa ou investigação a ação que se realiza em busca de novos conhecimentos, isto é, a procura de soluções para problemas cotidianos ou a busca de solução para problemas teóricos, práticos e/ou operativos. (BARROS & LEHFELD, 2010)

Ainda segundo Barros & Lehfeld (2010), esse processo investigatório faz parte da natureza humana, pois desde os primórdios o ser humano procura resolver questões do dia a dia, seja por necessidade, seja curiosidade.

Na definição das autoras, a pesquisa:

É a exploração, é a inquisição e é o procedimento sistemático e intensivo que têm por objetivo descobrir, explicar e compreender os fatos que estão inseridos ou que compõem uma determinada realidade. A pesquisa é definida como uma forma de estudo de um objeto. Esse estudo é sistemático e realizado com a finalidade de incorporar os resultados obtidos em expressões comunicáveis e comprovadas aos níveis do conhecimento obtido. (BARROS & LEHFELD, 2010, p. 30)

De acordo com essa exposição do que é pesquisa por parte das autoras, entende-se que, além de ela ser uma atividade basilar da humanidade, é uma atividade essencial na constituição e no desenvolvimento dos conhecimentos humanos.

Minayo (2010) segue nessa mesma perspectiva, entendendo a pesquisa como atividade investigativa básica da ciência, a qual está totalmente subordinada e condicionada à realidade. Argumenta que a pesquisa, apesar de ser uma prática voltada mais para teoria, ela vincula o pensamento e a ação, alimentando e atualizando o ensino frente à realidade presente, e continua:

Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. (MINAYO, 2010, p.16)

Minayo destaca, além disso, que todas as investigações que levaram os homens à procura da resolução de problemas foram iniciadas por motivos de questionamentos acerca do fenômeno, por dúvidas e/ou por curiosidades.

Portanto, como se pôde notar pelos escritos dessas autoras, toda pesquisa está ligada a um tipo de questionamento, isto é, quando se há dúvidas acerca de um determinado problema ou fenômeno, a pesquisa é meio de se descobrir a solução do problema/fenômeno.

Pedro Demo (2011), por seu turno, define a pesquisa como “um diálogo inteligente com a realidade” (DEMO, 2011, p. 37). Neste sentido, o pesquisador deve realizar um diálogo de forma que contrarie os dados obtidos do fenômeno em estudo, defrontá-los. Neste diálogo é possível a comunicação, e também a socialização do saber que se faz parte integrante da produção do pesquisador.

No âmbito educacional, a pesquisa escolar é muito importante por se tratar de um processo de descobrimento de novos caminhos metodológicos a serem seguidos visando o aperfeiçoamento do ensino-aprendizagem, bem como na tentativa de compreensão e construção de caminhos e possibilidades do problema, que venha a contribuir no processo educativo.

### 3.3 CARACTERÍSTICAS DA INVESTIGAÇÃO/PESQUISA

De acordo com a revisão teórica realizada, notou-se imprescindível o estabelecimento de uma real parceria entre pais e filhos no que tange a educação no ambiente familiar – na forma de estímulos, diálogos e assistência – e, complementarmente, no envolvimento efetivo dos pais na educação escolar do filho/aluno. Desse modo, esta relação que os protagonistas estabelecem no dia a dia se torna determinante para o desenvolvimento da criança/adolescente que está em processo de formação. Portanto, a dupla comunicação entre pais e filhos, pais e alunos, nos diferentes ambientes carecem ser estabelecida e reforçada cotidianamente.

Em conformidade, segue-se que a razão fundamental pela qual fora levada à escolha deste estudo decorreu de observações realizadas durante estágios e programas de incentivo à docência em algumas escolas do campo no Cariri paraibano, onde se notava a limitada presença dos pais (ou responsáveis) dos alunos em reuniões de pais e mestres, bem como do ínfimo envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos/alunos, tanto na participação de eventos escolares, quanto no acompanhamento do desempenho escolar. Em virtude da observação dessa situação, pretendeu-se pesquisar, analisar e tentar compreender se haveria alguma relação entre a assiduidade dos pais na educação familiar e na escolar e o desempenho/comportamento do aluno/filho na escola.



### 3.4 ABORDAGEM QUALI-QUANTITATIVA

Portanto, para efetivação da pesquisa, optou-se por uma abordagem qualitativa, a qual serviu-se, também, de dados quantitativos. O estudo é de caráter investigativo, cuja parte empírica foi desenvolvida por meio do levantamento de dados mediante questionários e entrevista, caracterizando o procedimento como um estudo de caso e, quanto aos objetivos, como pesquisa descritiva, pois aborda questionamentos que implicam a problemática sobre as articulações entre os segmentos educacionais, família e escola, e suas atribuições individuais e coletivas referentes à formação e desenvolvimento integral do educando/filho.

De acordo com Minayo (2010), esse tipo de trabalho caracteriza-se como pesquisa estratégica, na qual são expostos e estudados problemas específicos que ocorrem em determinado setor da esfera social. Ela conceitua a pesquisa estratégica assim:

Baseia-se nas teorias das ciências sociais, mas orienta-se para problemas concretos, focais, que surgem na sociedade, ainda que não caibam, ao investigador, as soluções práticas para os problemas que aponta. Ela tem a finalidade de lançar luz sobre determinados aspectos da realidade. (MINAYO, 2010, p. 51)

Ainda acrescenta que nesse tipo de estudo não cabe ao pesquisador solucionar o problema em questão, mas investigar e trazer à tona aspectos que podem servir de protótipo para investigações mais aprofundadas e, conseqüentemente, melhor fundamentação para uma solução prática.

A abordagem qualitativa, segundo Minayo (2010, p. 57), é frequentemente mais utilizada pelas ciências sociais, pois se caracterizam melhor nas “investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e documentos”.

Por conseguinte, esse tipo de método qualitativo permite apresentar processos e questões sociais ainda não conhecidas, propiciando a construção ou o desenvolvimento de novas abordagens sociais, podendo criar novos conceitos e/ou revisar outros.

O método ou a abordagem qualitativa é assim definida por esta autora:

O método qualitativo é o que se aplica ao estudo de história, das relações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. (MINAYO, 2010, p. 57)

Portanto, os estudos que empregam uma metodologia qualitativa se diferem da quantitativa porque são passíveis de entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos, bem como da descrição e “complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança desse grupo” (RICHARDSON, 2009, p. 80).

Por sua vez, a utilização de métodos quantitativos “tem o objetivo de trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos de alta abstração com aplicabilidade prática” (MINAYO, 2010, p. 56).

Dessa maneira, na comparação das abordagens qualitativas com as quantitativas, entende-se que cada uma das duas tem seu papel, seu lugar, sua importância e sua adequação, não havendo sentido de atribuir prioridade de uma sobre a outra.

Todavia, há a possibilidade da combinação de métodos qualitativos e quantitativos em um estudo (e é o que ocorre neste), porque fenômenos sociais também podem ser analisados segundo suas regularidades, frequências, etc. – pelo lado quantitativo –, bem como segundo suas histórias, pontos de vista, subjetividade, etc. – pelo lado qualitativo. Minayo ainda acrescenta que:

A combinação de métodos, no entanto, constitui-se como desafio porque, na prática científica contemporânea, abordagens quantitativas e qualitativas passaram a significar não apenas duas formas “profissionalmente distintas” de apreender (epidemiologia) e compreender (antropologia) o real, mas duas modalidades de investigação com campos teóricos próprios, delimitados e frequentemente antagônicos. (MINAYO, 2010, p. 67)

Como se vê, a abordagem aglutinada entre a essas duas perspectivas é ainda um desafio nas pesquisas contemporâneas, pois aparecem como campos de estudos opostos.

Neste estudo, portanto, empregou-se o método quali-quantitativo em que se observou a regularidade de determinadas respostas, a frequência de algumas respostas,

mediante questionários aos alunos da turma e entrevista feita à gestão, para assim relacioná-las ao desempenho escolar por meio das notas dos alunos, de forma que se pudesse inferir hipóteses sobre fenômeno em estudo, que é a relação existente entre o desempenho escolar dos alunos e os estímulos, a interação e o envolvimento dos pais na educação dos filhos/alunos.

### 3.5 ESTUDO DE CASO

Goode & Hatt (1969, p. 422) definem o estudo de caso como “um meio de organizar dados sociais, preservando o caráter unitário do objeto social estudado”. Assim, prefere-se esse tipo de estudo quando se é possível fazer observação direta do fenômeno, isto é, quando se identifica determinado problema, e por isso utiliza-se da “investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão” (MINAYO, 2010, p. 164).

Nas ciências Sociais, o estudo de caso é caracterizado como uma metodologia qualitativa de estudo que é mais voltada à coleta de informações sobre um caso ou vários casos específicos, os quais não estão direcionados a se obter generalizações. (BARROS & LEHFELD, 2010)

Triviños (1987, p. 133) define que o estudo de caso, na pesquisa qualitativa, “é uma categoria de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Esta definição características que são dadas por duas circunstâncias, principalmente”.

Segundo Minayo (2010), o estudo de caso assemelha-se com a focalização de um experimento que visa compreender mediante questionários, entrevistas, observações e documentos, um determinado fenômeno, problema ou alguma questão social.

Sobre o estudo de caso, Minayo expõe o seguinte:

Metodologicamente, os estudos de caso evidenciam ligações causais entre intervenções e situações da vida real; o contexto em que uma ação ou intervenção ocorreu ou ocorre, o rumo de um processo em curso e maneiras de interpretá-lo; o sentido e a relevância de algumas situações-chave nos resultados de uma intervenção. (MINAYO, 2010, p. 164)

Para Minayo, portanto, este tipo de pesquisa deve fazer conexão com problemas sociais reais contextualizados com a comunidade em que está inserida, de modo que os resultados possam dar sentido aos sujeitos envolvidos.

Dada a explanação do estudo de caso, notou-se que esta pesquisa, por conseguinte, configura-se como este tipo de estudo, e que, como é característico do estudo de caso, teve como um dos seus princípios a observação da provável relação que poderia haver entre o desempenho escolar dos alunos e os estímulos educacionais que estes recebiam em ambiente doméstico, e como essa influência direta, se comprovada, poderia afetar outras áreas da vida dessas crianças/adolescentes e conseqüentemente o seu futuro em sociedade. Visto que esse problema é real e explícito, inclusive motivo de inúmeros estudos sobre o tema, pretendeu-se realizar este estudo no caso particular de uma escola do Cariri, com alunos do ensino fundamental II.

Portanto, a pesquisa em questão caracteriza-se como um estudo de caso porque focaliza um determinado problema com vistas à sua observação, coleta de dados, análise dos dados, descrição dos dados e, por fim, formulação de hipóteses, as quais poderão auxiliar na tentativa de compreensão de suas causas para, conseqüentemente, resolução de prováveis soluções.

### 3.6 QUESTIONÁRIO FECHADO

O questionário é um dos instrumentos mais utilizados em pesquisa por se tratar de uma técnica de investigação direta e objetiva e, principalmente, quando se pretende realizar algum tipo de levantamento de dados. Segundo Richardson (2009, p.189), “questionários cumprem duas funções: descrever as características e medir determinadas variáveis de um grupo social”. Basicamente o questionário consiste na elaboração de uma série de perguntas ordenadas que traduzam os objetivos da pesquisa de forma clara e precisa, tendo como fundamento o problema formulado ou a hipótese inferida. Em Ciências Sociais, o principal propósito do questionário é obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamentos, etc.

Severino (2007) define o questionário e orienta como este deve ser previamente realizado:

Conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelo sujeito. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidade e respostas lacônicas. (Severino, 2007, p. 125)

Seguindo os direcionamentos desses autores quanto a técnica do questionário fechado, foram criadas, inicialmente, cerca de 16 questões que abarcassem aspectos familiares associados à renda e escolaridade dos pais (ou responsáveis) e à busca do conhecimento pelos alunos; em seguida, mais 19 questões de aspectos correspondentes à relação educacional existente entre pais/filhos/alunos. Posteriormente, em sala de aula, foi aplicado o questionário aos 22 alunos da turma do 9º A, sendo, portanto, coletados os dados destes, constituindo-se, assim, a primeira etapa desta pesquisa qualitativa.

### 3.7 ENTREVISTA ESTRUTURADA

Entrevista é a técnica de pesquisa que permite o relacionamento direto, na maioria dos casos, entre o entrevistado e o entrevistador/pesquisador. É também uma das estratégias mais utilizadas em trabalhos de campo, porque é um excelente instrumento de coleta de informações sobre determinado tema científico ou fenômeno social. Minayo (2010) assim define a entrevista:

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador, destinada a construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes tendo em vista este objetivo (MINAYO, 2010, p. 261)

Destarte, com os objetivos em vista, a entrevista destina-se a extrair informações dos entrevistados e obter informações específicas dos sobre o objeto da pesquisa, de modo que estas informações possam ser úteis ao processo de desenvolvimento e análise do estudo.

Das entrevistas em pesquisa qualitativa, três são as mais utilizadas neste tipo de estudo, a saber: entrevista estruturada, entrevista não estruturada e a entrevista semiestruturada.

Com vista às explanações realizadas a respeito do estilo de entrevista, nesta pesquisa, portanto, foi-se utilizada a entrevista estruturada, a qual destinou-se a obtenção de informações, por parte da gestão escolar, pertinentes ao envolvimento dos pais no ambiente escolar, com cerca de 12 perguntas pré-estabelecidas. Nesta mesma entrevista, procurou-se, também, colher informações sobre o envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos/alunos, bem como no acompanhamento do desempenho escolar dos alunos. Se a escola desenvolvia ações para que houvesse maior aproximação desses pais no ambiente escolar, assim como saber por que motivos alguns pais eram menos participantes que outros. Finalizando esta terceira etapa da pesquisa, coletou-se todos os dados do desempenho escolar de todos os alunos da turma (notas bimestrais) para fins de cruzamento das informações.

#### 4 ANÁLISE DE DADOS

Esta é a principal fase da pesquisa, porque, evidentemente, constitui-se no momento de buscar as respostas pretendidas por meio da compreensão da relação entre as falas com vistas aos objetivos almejados.

Segundo Barros & Lehfeld (2009), nesta fase deve-se colocar toda atenção para leitura, análise e organização dos dados recolhidos:

O objetivo desta fase do projeto é resumir, classificar e codificar as observações feitas e os dados obtidos. O pesquisador deve, em seu planejamento, explicar as principais operações a serem desenvolvidas para confrontar seus dados com os objetivos e questões propostas para o estudo (BARROS; LEHFELD, 2009, p. 86).

Assim, todas as etapas anteriores serviram de base para a produção e o desenvolvimento deste estudo, as quais são preliminares e condicionadas à realização desta última: “esta fase conduz à definição de conceitos explicativos sobre o problema enfocado” (BARROS& LEHFELD, 2009, p. 87).

Minayo (2010), por sua vez, revela que há três grandes obstáculos quando os pesquisadores iniciam a análise dos dados recolhidos no campo de pesquisa. O primeiro diz respeito ao que Bourdieu (1973) denomina “Ilusão da transparência”, isto é, a tentativa de interpretar espontaneamente e literalmente os dados, como se a realidade se mostrasse nitidamente ao pesquisador. Para a autora, este tipo de análise é perigoso porque analisar, compreender e interpretar material qualitativo requer proceder a uma superação da sociologia, com vistas a penetrar nos significados dos sujeitos e na realidade vivenciada.

O primeiro obstáculo exposto sobreveio neste estudo, pois o ambiente, a cultura, e o modo de vida, isto é, a realidade dos sujeitos da pesquisa são peculiares, tendo em vista que grande parte do público em estudo é oriunda da zona rural, e o aspecto educacional está estritamente ligado às condições econômica e social deste grupo, especialmente os povos do campo do Cariri paraibano. Como se sabe, o processo de urbanização das cidades fez com que os povos que continuaram no campo fossem “esquecidos”, subjugados, e desde então, entre outras pejejas, estes povos lutam por uma educação do e no campo. A educação do campo luta contra o preconceito, contra a

desvalorização, contra o descaso de políticas públicas, etc. Portanto, estes sujeitos, à parte do problema educacional em estudo, também sofrem o fardo de outras circunstâncias sociais, ocasionando exatamente o que a autora aponta sobre a dificuldade de entrar nos significados dos sujeitos e vivenciar a realidade deles, tendo em vista a diversidade de realidades reunidas num ambiente escolar.

O segundo obstáculo é exaltar e tornar mais preponderante os métodos e as técnicas utilizadas no estudo, esquecendo-se do mais importante na pesquisa que é a fidedignidade à compreensão do material e às referidas relações sociais dinâmicas.

O terceiro é um dos mais recorrentes e diz respeito à dificuldade que muitos pesquisadores encontram na conexão e síntese dos dados recolhidos e das teorias ou hipóteses relacionadas ao campo de pesquisa, quando despendem mais conteúdos sobre a metodologia e sobre o referencial teórico e um ou dois capítulos curtos sobre a sua visão do trabalho de campo.

Portanto, tendo em vista estas orientações a respeito da interpretação dos dados, efetivamente iniciou-se o trabalho de análise destes conteúdos.

Após o recolhimento dos questionários e da entrevista, deu-se prosseguimento à análise destes dados coletados, começando por nomear e numerar todos os sujeitos dos questionários, levando em conta cada pergunta individualmente, para que a posterior construção e apresentação de quadros e gráficos fosse facilitada.

Os dados coletados foram analisados de forma descritiva e interpretativa, uma vez que esta é caracterizada pela observação e correlação de fatos, de modo que se pudesse descrever as características e as relações existentes nas informações obtidas.

No que diz respeito às perguntas, para que se fosse apurados e correlacionados os resultados, recorreu-se à técnica da análise de conteúdo em que foi permitido identificar e sistematizar as características específicas para integrá-las em cada categoria.



## 5 ORGANIZAÇÃO, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, são apresentados, analisados e discutidos os dados recolhidos, os quais são expostos por meio de gráficos, quadros e formulação de hipóteses. Nestes gráficos e quadros, são apresentados os números de elementos inquiridos que responderam a cada questão e ainda o meio e o grupo a que pertencem, entre outras características. Por meio de eixos temáticos, são apresentados os motivos da importância das questões desenvolvidas em cada eixo. Em seguida, são apresentados os dados dos 4 primeiros alunos, nas 5 tradicionais matérias do Ensino Fundamental (Português, Matemática, História, Ciências e Geografia), em que os pais são, em média, mais estimulantes, mais interativos e mais frequentes, bem como os dados dos outros 4 últimos alunos sem que seus pais são, em média, pouco estimulantes, pouco interativos e pouco frequentes, correlacionando-os aos níveis dos eixos temáticos. Ao final, após a descrição e análise, são inquiridas as hipóteses dedutivas relacionadas aos conteúdos do seixos e gráficos.

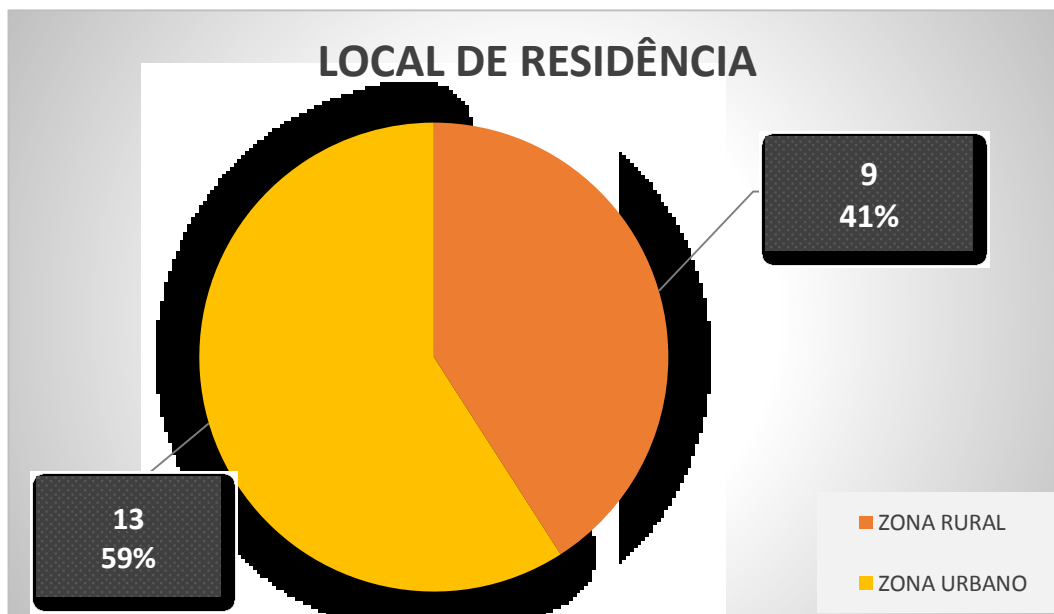
### 5.1 PERFIL DA TURMA

Os dados aqui apresentados foram coletados por meio de questionários aplicados a 22 alunos, com idade média de 14 anos, de uma turma de 9º (nono) ano na Escola Agrotécnica de Ensino Fundamental Deputado Evaldo Gonçalves de Queiroz, situada na zona urbana do município de Sumé - PB. A escola, de modalidade agrotécnica, recebe, além da maioria de estudantes do meio urbano, alta demanda de alunos oriundos do campo – pelo fato de o município englobar elevado número de zonas rurais – os quais são transportados dos sítios até à escola diariamente.

O gráfico 1 mostra que, mesmo a escola estando localizada no perímetro urbano, quase metade dos alunos dessa turma são residentes do campo. Como já foi supracitado, o município de Sumé engloba várias comunidades rurais, e assim ocorre em todo território do Cariri Ocidental, pois, apesar de os núcleos urbanos desses municípios abrigarem a maior parte da população, todos eles mantêm forte vínculo com o meio rural, uma vez que são municípios ainda jovens e não tão desenvolvidos economicamente quanto as metrópoles do estado. Essa realidade social acaba refletindo diretamente na escola, onde grande parte dos estudantes são oriundos das zonas rurais desses municípios. Outro fator justificável para que isso ocorra é a política de

fechamento de escolas rurais, o que obriga as crianças e os adolescentes a frequentarem as escolas da zona urbana, geralmente muito distantes de suas moradias.

**Gráfico 1 – Quantidade de Alunos por Zona**



Fonte: Pesquisa de campo

## 5.2 O QUESTIONÁRIO AOS ALUNOS

O quadro 1 apresenta os temas que foram preponderantes no planejamento dos questionários, os quais são relacionados especificamente aos estímulos educacionais recebidos do pai, à interação e/ou ao diálogo existente entre pai e filhos/alunos relativo à educação e à frequência dos pais na escola; também aborda outros temas, como a renda e a escolaridade da família e a busca do conhecimento pelos alunos; estes últimos são discutidos nas análises dos três primeiros e principais. O questionário em geral apresenta a quantidade 35 de perguntas fechadas, com um média de 5 possibilidades de resposta.

Deu-se mais ênfase a esses três eixos temáticos sobre os aspectos pertinentes à relação dos pais com os filhos no âmbito domiciliar porque o objetivo da pesquisa diz respeito à relação educacional que há entre os pais e os filhos no ambiente caseiro e, então, mediante isso buscar compreender se há ou não influência dos estímulos educacionais desenvolvidos em casa, da interação em casa e em outros ambientes e da

frequência dos pais na escola no desempenho escolar e, conseqüentemente na aprendizagem dos alunos/filhos para, assim, relacionar os dados obtidos e desenvolver hipóteses a partir dos destes.

Os outros três eixos (renda, escolaridade e busca do conhecimento) também têm sua importância visto que a associação da condição econômica dos pais com a sua visão de educação é fundamental para destrinchar a relação existente entre renda e envolvimento educacional; a escolaridade dos pais também exerce papel importante, uma vez que, quanto maior o nível de formação dos pais, maior também pode ser o seu entendimento e melhor pode ser a sua visão sobre a educação dos filhos; as questões sobre a busca do conhecimento fornece informações a respeito da rotina educacional dos filhos/alunos e da sua visão sobre educação, conhecimento e estudos, posto que essas informações são reflexos dos estímulos e da interação dos pais no ambiente domiciliar, portanto as respostas dos alunos comprovam realmente se há diálogo, impulso e envolvimento dos pais.

**Quadro 1 - Quantidade de Perguntas para cada Eixos Temáticos**

<b>EIXO TEMÁTICO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
ESTÍMULOS DOS PAIS	9
FREQUÊNCIA DOS PAIS	5
INTERAÇÃO COM OS PAIS	5
RENDA, ESCOLARIDADE E BUSCA DO CONHEC.	16

**Fonte:** Pesquisa de campo

### **5.2.1 Eixos Temáticos Selecionados**

Todas as informações obtidas nesses questionamentos giraram em torno dos eixos temáticos de respostas relacionadas à interação dos pais (ou responsáveis) com os filhos em casa, aos estímulos educacionais recebidos pelos pais, à frequência dos pais na escola, à renda da família, escolaridade dos pais e à busca do conhecimento pelos alunos. O questionário tinha em média 5 possibilidades de resposta.

### **5.2.2 Estímulos dos pais**

Boa parte das 35 questões foram elaboradas tendo como base este eixo temático, uma vez que os estímulos educacionais impulsionados pelos pais aos filhos por meio da incitação à aplicação aos estudos, à noção da importância do conhecimento e da leitura, bem como o estímulo à resolução de problemas práticos estudados teoricamente na escola, entre outros, são formas preponderantes de se caminhar para o ideal de educação que é esperado pelos pais ou pela própria escola, assim como é essencial para compreender a influência que a educação familiar tem no desempenho escolar.

Portanto, procurou-se, nas questões deste eixo, captar dos alunos se os seus pais os incitam a ir bem nos estudos, se ajudam a realizar tarefas em casa, se eles compram livros, jornais, revistas, etc. e os estimulam a ler, se os levam a ambientes e eventos culturais, entre outros.

### **5.2.3 Interação com os pais**

Dado que o diálogo é um componente primordial no processo formativo-educativo dos filhos, pois é primeiro no ambiente familiar que as crianças têm contato com a língua, com os costumes, com a cultura, etc. da comunidade, logo esse processo se torna fundamental na vida dessas crianças, uma vez que é a partir dessa interação inicial que elas podem ou não ser impulsionadas ao desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Portanto, em conexão com o anterior, este outro eixo foi importante para fundamentar a criação de perguntas associadas à interação, isto é, ao diálogo entre pais e filhos no ambiente caseiro e procurar compreender de que modo essa interação ou a falta dela, entre outros fatores, pode ter consequências no desempenho escolar e, também, na aprendizagem dos alunos.

Tendo em vista a aproximação de sentido deste eixo com o eixo de estímulos, pois interagir ou dialogar com os filhos também pode ser uma forma de estimulá-los aos estudos, o que se procurou com este eixo, para diferenciá-los, foi entender se havia interação com vistas a educação do filho/aluno, pois poderia haver certa interação, mas não em sentido educacional. Todavia, algumas questões podem, sem prejuízo algum, encaixarem-se nestes dois eixos.

Sendo assim, as questões deste eixo procuraram compreender o nível de interação domiciliar que dizem respeito à conversação, isto é, à comunicação no convívio familiar sobre as atividades e provas da escola, sobre o desempenho escolar. Sobre seu comportamento diante dos professores ou dos colegas de classe; se os estudantes procuram a ajuda dos pais na resolução de tarefas, se eles indagam a seus pais quando têm dúvidas sobre algum tema tratado em sala; se conversam a respeito de temas que faz parte da realidade em que vivem; se dialogam quanto a importância da frequência escolar, entre outras questões.

#### **5.2.4 Frequência dos Pais na Escola**

O terceiro eixo temático trata de um elemento essencial no processo de ensino-aprendizagem que envolve responsabilidade para com a educação do filho bem como a preocupação com seu desenvolvimento e seu futuro.

Todavia, como ocorreu no eixo anterior, o sentido de frequência na escola por parte dos pais pode ter afinidade com o sentido de estímulos, uma vez que é passível a crença de que o ato de visitar regularmente a escola em busca de informações educacionais dos filhos seja um meio de estimulá-los ou impulsioná-los. Assim, uma pergunta pode estar presente nestes dois eixos temáticos com dois sentidos confluentes, sem prejuízo algum das partes.

A regularidade da frequência dos pais ou responsáveis dos alunos à escola à procura de informações a respeito de provas, notas, atividades, bem como ao seu comportamento, isto é, relativamente ao seu desempenho escolar, seja semanal, mensal, bimestral ou apenas em reuniões de pais e mestres, revela a importância dada ao desenvolvimento educativo desses sujeitos em formação. Há que considerar, é claro, todas particularidades dos sujeitos, como, por exemplo, o distanciamento entre as famílias dos sujeitos desta pesquisa que residem nas comunidades rurais e o local da escola, que fica na zona urbana, o que acaba compelindo os campesinos à procura de transporte para se deslocarem para escola ou a procurarem transportes nos dias de feira na cidade para chegar até a escola (nas segundas-feiras ocorre um grande fluxo comercial de mercadorias, frutas, etc., que acaba atraindo pessoas de várias localidades do município)

Portanto, as perguntas deste eixo foram criadas com base no envolvimento, na escola, dos pais ou responsáveis dos alunos. As questões dizem respeito totalmente ao

conhecimento que os alunos têm do envolvimento dos pais na escola, como, por exemplo, sobre a assiduidade dos pais quando convocados pela escola para reuniões ordinárias ou excepcionais, uma vez que estas reuniões são fundamentais para efetivar o vínculo entre escola e família, possibilitando o diálogo entre estas instituições com vistas a melhoria no processo de ensino-aprendizagem. Outras questões dizem respeito à procura dos pais pelos boletins escolares, pelos professores para informações de comportamento, aprendizado, ensino, frequência, isto é, apurar se os pais estão interessados e preocupados com a formação escolar dos filhos, posto que a preocupação com o ensino-aprendizagem dos filhos é essencial para que se alcance o que é almejado tanto pelo pais quanto pelos filhos, e a frequência dos pais na escola facilita a convergência de ideias e anseios com vistas à educação.

### **5.2.5 Renda e Escolaridade dos Pais e a Busca do Conhecimento pelos Alunos**

Não menos importantes, estes três últimos eixos são fundamentais para análises posteriores dos dados, logo, foram criados para serem correlacionados entre os dados dos três primeiros eixos.

Procurou-se, mediante os questionários, averiguar as rendas das famílias para correlacioná-las à interação, à frequência e, principalmente, aos estímulos dos pais, uma vez que muitos estudos mostram que quanto maiores os recursos financeiros disponíveis pelos pais ou responsáveis, isto é, quanto maior a renda familiar, maiores também são os desempenhos escolares, logo, parece haver relação entre a disposição financeira e a educação familiar. Assim, as questões sobre renda são fundamentais para estimar se há também esta relação entre os sujeitos desta pesquisa.

As questões sobre a escolaridade dos pais ou responsáveis foram tão ou iguais importantes para esta pesquisa, pois também existem estudos educacionais nos quais indicam que há relação entre o nível de instrução dos pais e o desempenho escolar. Portanto, a criação das questões deste eixo teve o intuito de coletar informações importantes sobre o quesito formação dos pais e a educação familiar, fundamentando-se pelo desempenho escolar.

Por sua vez, as questões que envolvem a busca do conhecimento visaram coletar informações sobre o cotidiano dos próprios alunos, e se estes tinham hábitos de leitura, escrita, etc., isto é, atividades educacionais e culturais. As questões foram criadas com

base neste eixo temático, que dizem respeito aos costumes caseiros e aos hábitos dos adolescentes.

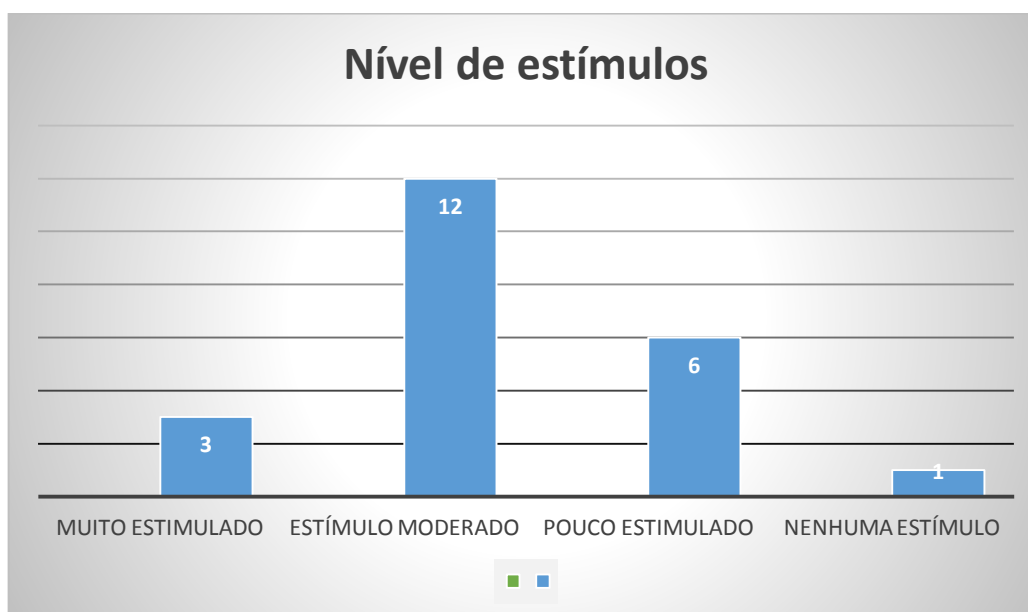
Assim, procurou-se saber se os alunos realizavam e revisavam as tarefas de casa; se costumavam ler livros, gibis, revistas, jornais, etc., durante o dia ou a noite; se estes participavam de algum curso fora do horário escolar ou se já tinham participado, e a quantidade; com que frequência utilizavam a internet para estudos ou pesquisas escolar ou equivalente; se achavam que a responsabilidade da educação deles era da escola, da família, de si mesmo ou de todos.

Portanto, a coleta destes dados são essenciais para que se possa comparar essas respostas com as respostas dos dados fornecidos sobre os pais, permitindo, assim, que se averigue a fidelidade do efetivo ou não efetivo envolvimento dos pais na educação dos filhos/alunos, sem deixar de considerar as variáveis existentes.

### 5.3 NÍVEIS DOS EIXOS

Portanto, com base nas respostas a essas perguntas, foram criados gráficos estatísticos para estimar quais alunos eram mais e quais eram menos estimulados aos estudos, quais pais (ou responsáveis) eram mais e menos interativos com seus filhos e quais pais eram mais e menos frequentes na escola, para, assim, tentar relacionar estes dados aos desempenhos escolares dos alunos/filhos e buscar compreender se haveria correlação entre esses comportamentos familiares e o rendimento escolar dos alunos/filhos.

O gráfico 2 mostra o nível de estímulo dos pais aos estudos dos filhos em casa, na escola ou em outros ambientes. Para estimar o nível de estímulos, teve-se como base as perguntas do questionário do eixo temático relacionados aos estímulos. Cada questão tinha em média 5 possibilidades de resposta, e estas respostas foram transcritas para os 4 níveis no gráfico, que eram: “Muito estimulado”, “Estímulo moderado”, “Pouco estímulo” e “Nenhum estímulo”.

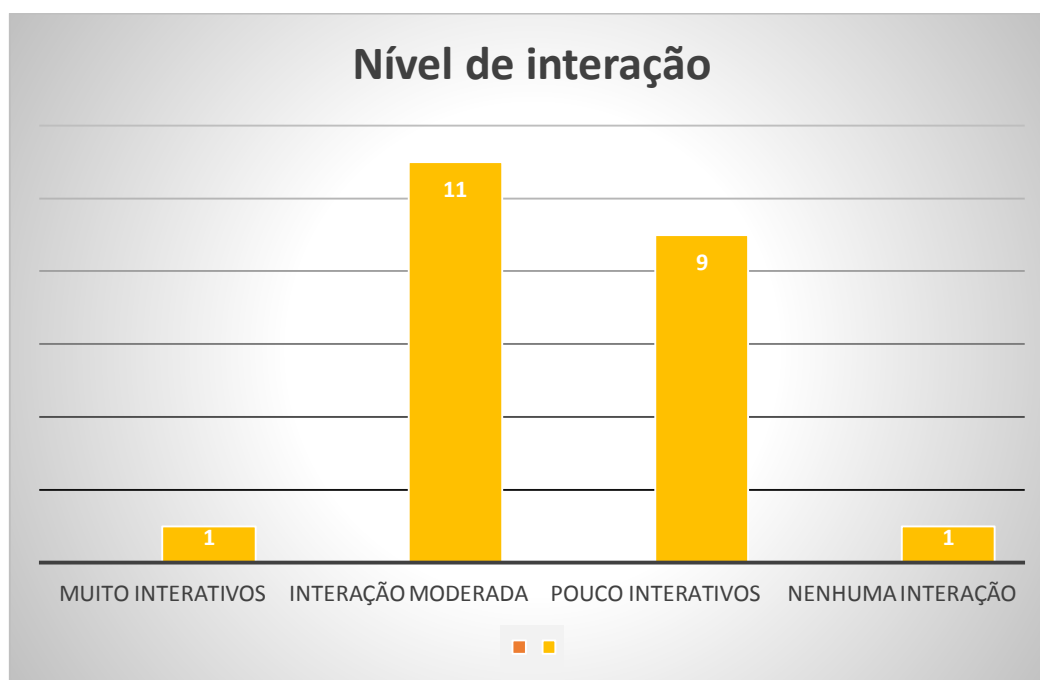
**Gráfico 2** – Nível de Estímulo dos Pais ao Estudo dos Filhos

**Fonte:** pesquisa de campo

Nota-se que, de acordo com as variáveis das respostas obtidas, mais da metade dos alunos (12) consideraram que recebiam estímulo moderado dos pais aos estudos; em seguida, o grupo de alunos que consideraram que recebiam poucos estímulos dos pais chegou a 6, quase um terço da turma; por sua vez, os que consideraram que recebiam muito estímulo dos pais chegou a apenas 3; ainda houve, 1 aluno que considerou que não recebia estímulos algum dos pais aos estudos.

No mesmo seguimento e com a mesma característica de estimativa do gráfico anterior, o gráfico 3 revela o nível de interação dos pais com os filhos, principalmente por meio do diálogo em ambiente caseiro. O fundamento para criação deste gráfico partiu das respostas às perguntas do eixo temático relacionado à interação, as quais pautaram-se estritamente na relação de comunicação e conversação entre pais e filhos no ambiente domiciliar, principalmente sobre questões sobre educação, conhecimento, tarefas, provas, notas, etc.

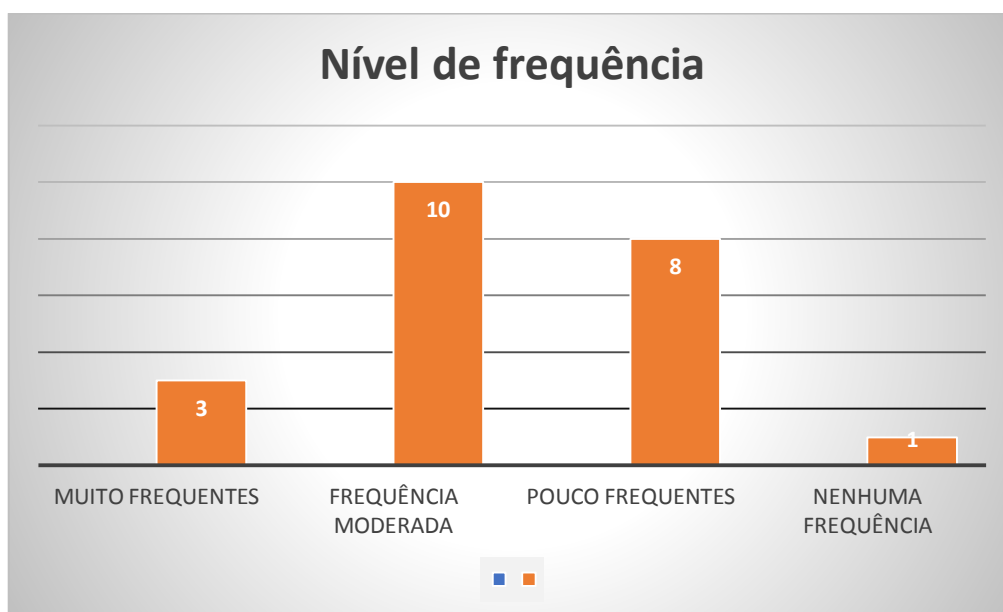


**Gráfico 3 - Nível de Interação dos Pais com os Filhos**

**Fonte:** Pesquisa de campo

Vê-se que o nível de interação moderada, assim como no gráfico de estímulos, foi, com metade dos alunos respondendo a esse nível (11), superior ao número dos outros níveis. O número de alunos que, de acordo com suas respostas, são pouco interativos com seus pais chegou a 9, quase metade da turma. Entretanto, mais uma vez, o número de alunos que consideraram que seus pais são muito interativos em casa foi de apenas 1, o mesmo número dos que consideraram que seus pais não têm interação alguma com eles.

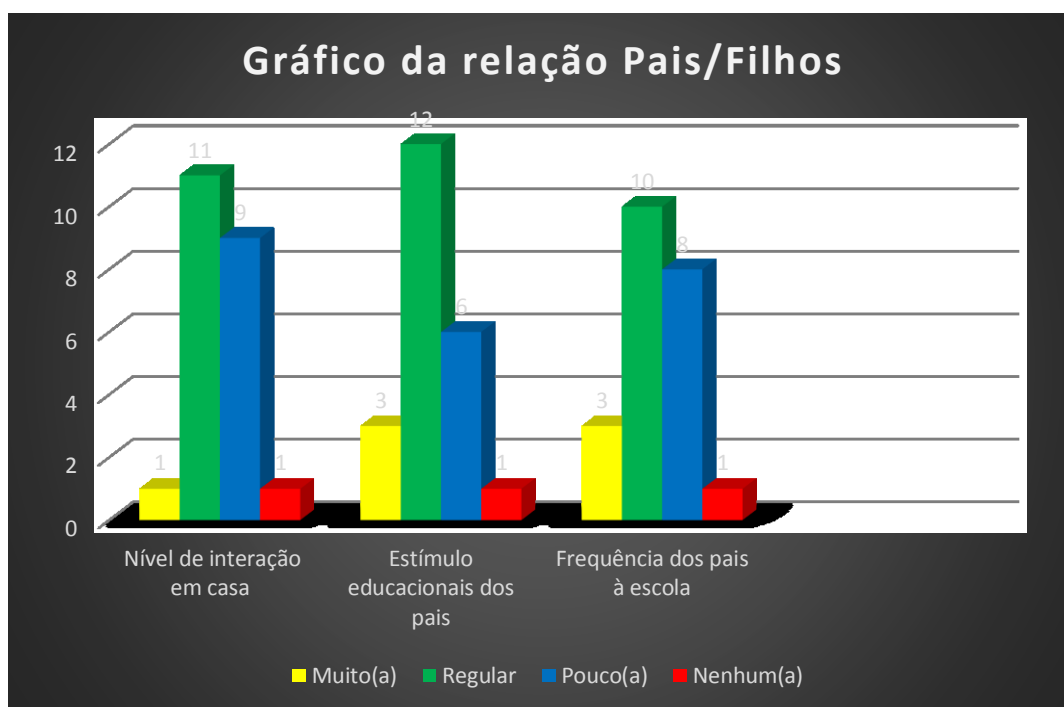
Seguindo a tônica dos dois últimos, o próximo gráfico aponta para o nível da frequência dos pais (ou responsáveis) dos alunos na escola onde estes estudam. A base para criação do gráfico seguiu o mesmo modelo dos anteriores, isto é, o nível de frequência representa o número de respostas dadas, formando o nível do eixo temático. Como se pode notar, o número de pais que frequentam a escola moderadamente (10) mais uma vez se sobressaiu. Na sequência, precisamente 8 alunos consideram seus pais pouco frequentes, enquanto que 3 alunos consideram seus pais muito frequentes na escola. Por sua vez, apenas 1 aluno considera que seus pais não têm frequência alguma na escola.

**Gráfico 4 - Nível de Frequência dos Pais na Escola**

**Fonte:** Pesquisa de campo

Expostos os números e níveis das respostas dadas aos três principais eixos temáticos, no próximo gráfico são apresentados, de modo conjunto, os três gráficos anteriores, de modo que se possa fazer a associação existente entre a invariabilidade dos níveis das respostas dadas.

É possível perceber que, segundo as respostas dadas pelos alunos sobre sua relação com os pais e o envolvimento destes na sua educação, ambos os gráficos sempre apresentam uma regularidade no sentido de moderação nos estímulos, na interação e na frequência, isto é, a maioria dos alunos consideram cauteloso o envolvimento parental na sua educação, visto que há o predomínio desse nível em suas respostas. A mesma constância se vê nos alunos que acreditam serem pouco estimulados, que seus pais são pouco frequentes e pouco interativos. Outro nível bastante consistente nas respostas dos alunos é o de “muito estímulo”, “muita interação” e “muita frequência” na escola. Há ainda um aluno em cada eixo temático que, segundo suas respostas, nada consideram dos seus pais, ou seja, não são recebidos nenhum estímulo, não nenhuma interação e muito menos frequentam a escola.

**Gráfico 5 - Correlação dos Três Gráficos**

#### 5.4 ENTREVISTA E DESEMPENHOS

Nesta seção, são apresentadas as informações cedidas pela gestão escolar sobre os desempenhos dos alunos, sobre a regularidade de frequência dos pais, sobre questões internas relacionadas à comunicação entre escola e família, entre outras.

A princípio são apresentados os desempenhos dos 4 primeiros alunos, nas 5 tradicionais matérias do Ensino Fundamental (Português, Matemática, História, Ciências e Geografia) em que seus pais são, segundo suas respostas às perguntas dos eixos, em média, mais estimulantes, mais interativos e mais frequentes; assim como os 4 últimos alunos em que seus pais são, segundo suas respostas às perguntas dos eixos, em média, pouco estimulantes, pouco interativos e pouco frequentes. Em seguida é apresentada a entrevista realizada com o representante da gestão, de modo que esta é imprescindível para o cruzamento das informações.

##### 5.4.1 Gráficos de Bons e Maus Desempenhos

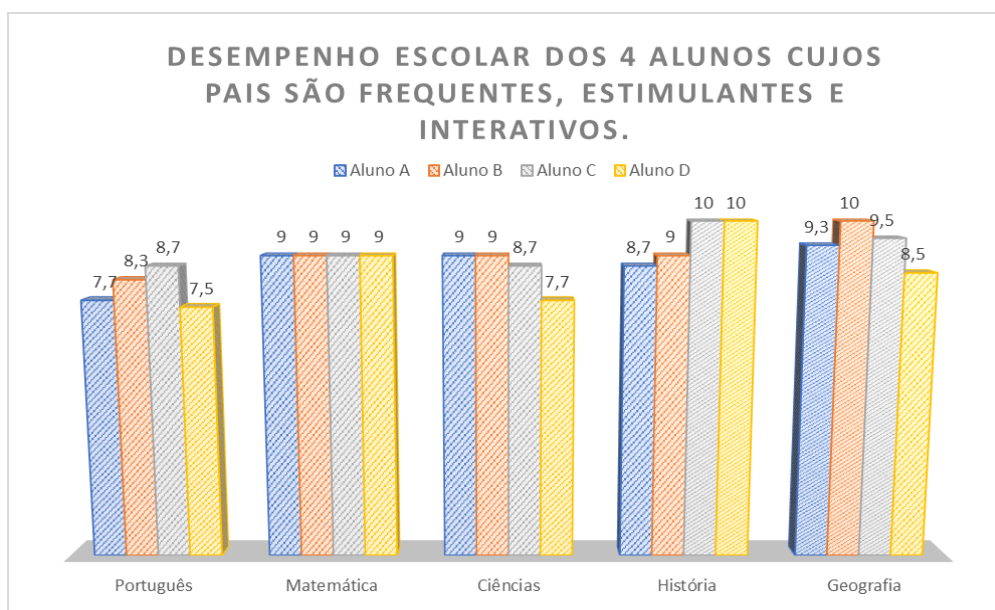
Neste gráfico 5, são apresentadas as notas de 4 alunos que, segundo as respostas dadas sobre seus pais, estes foram considerados, em média, como pais mais

estimulantes, mais interativos e mais frequentes que os pais dos demais alunos da turma, segundo as respostas dadas por estes. Para construção dos gráficos e posterior análise, foram cedidos pela gestão escolar todos os boletins dos alunos da turma em estudo.

No gráfico, nota-se os bons desempenhos, em notas, dos 4 alunos que, conforme foram descritos em suas respostas, consideraram seus pais bastante influentes e presentes em sua educação. Logo, percebe-se que, neste caso específico da pesquisa, quanto maior é a influência e envolvimento dos pais no processo de formação dos filhos, maiores ou melhores são os seus desempenhos escolares. Como se pode notar, em média, nenhum dos alunos tem nota inferior ao mínimo necessário, que é a nota 7, nas cinco matérias tradicionais do Ensino Fundamental. Todos com notas, em média, maiores que 7,5, chegando, em sua maioria, a notas entre 8, 9, e 10.

Outro aspecto importante deste gráfico diz respeito à localização de suas residências: os (as) alunos (as) “A”, “B” e “C” residem no meio urbano, enquanto que o(a) aluno(a) “D” reside no meio rural.

Portanto, observa-se que a maioria dos alunos que consideram seus pais como sendo muito envolvidos em sua educação, o que reflete diretamente no seu desempenho escolar, também tem o local de moradia em comum, isto é, mais da metade reside na zona urbana, enquanto que apenas um (a) reside na zona rural, dado este que é analisado mais detalhado minuciosamente no capítulo 6.

**Gráfico 6 - Notas Bons Desempenhos**

**Fonte:** Pesquisa de campo

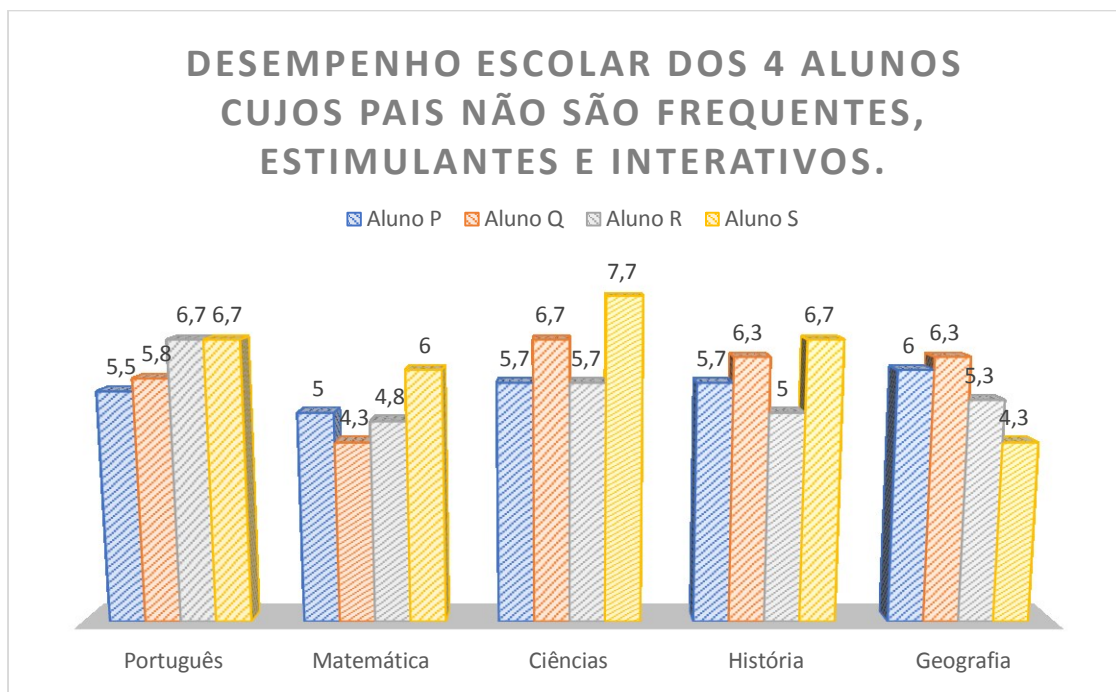
O inverso do gráfico anterior ocorre neste gráfico 7, uma vez que aqui são apresentadas, segundo as respostas dos alunos às questões dos eixos e também dos boletins deles, as notas dos alunos cujos pais são considerados, pelos próprios alunos/filhos, os menos estimulantes, os menos interativos e os menos frequentes pais em relação ao restante da turma.

Como é possível perceber, as notas dos alunos cujos pais são menos envolvidos no processo educativo-formativo são bem inferiores em comparação às notas dos alunos cujos pais são mais comprometidos com a educação dos filhos. Inclusive, a título de comparação, a nota máxima dos alunos deste gráfico (7,7) é a nota mínima dos alunos do gráfico anterior, cujas notas máximas estão entre 10 e 9, e as mínimas, entre 7,5 e 7,7. As notas dos alunos deste gráfico, majoritariamente, variam entre 5,6 e 7, chegando a notas bem a baixo do mínimo necessário, como 4,3 e 4,8.

Outro aspecto peculiar que ocorre no gráfico anterior também se faz presente neste. Os alunos cujas notas são inferiores, muito provavelmente devido ao pouco envolvimento dos pais no processo educativo dos filhos/alunos, são, em sua maioria, residentes do meio rural. Enquanto que os (as) alunos(as) “Q”, “R” e “S” moram nos sítios nos entornos do município, apenas o(a) aluno(a) “P” reside em uma área próxima do perímetro urbano, mesmo assim é um assentamento regularizado junto ao(Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária)INCRA. Este dado também é mais detalhado minuciosamente no capítulo 6.

**Gráfico 7 - Notas Maus Desempenhos**



**Fonte:** Pesquisa de campo

#### 5.4.2 Entrevista com a Gestão Escolar

Após a coleta de dados dos alunos por meio dos questionários, o próximo passo foi realizado com o (a) representante da gestão escolar mediante entrevista estruturada e questionário fechado, com 9 perguntas divididas entre o questionário fechado e a entrevista estruturada.

Os principais pontos inquiridos na entrevista dizem respeito à regularidade dos pais na escola, à contemplação no (Projeto Político Pedagógico) PPP sobre o envolvimento dos pais no currículo, na gestão e no acompanhamento escolar dos alunos/filhos e, principalmente, relacionados ao desempenho escolar, momento em que foi autorizado o exame dos boletins dos alunos.

No questionário, os principais pontos remetem-se à participação dos pais ou responsáveis nas atividades, reuniões, planejamentos, etc. da escola e de sua atuação no envolvimento do desempenho escolar do filho/aluno; a questão da demanda de alunos do campo e a dificuldade de presença dos pais desses alunos, pelo fato do

distanciamento entre escola e comunidade também foi inquirida; a questão do desenvolvimento de ações que visem maior participação dos pais pela escola também foi pautada no questionário.

A princípio, procurou-se saber sobre a frequência dos pais dos alunos da turma na escola que, segundo a gestão, estes frequentam regularmente quando convocados, com algumas faltas habituais, principalmente “os pais que residem no meio rural, pois eles têm mais dificuldade devido à distância entre os sítios e a escola” (GESTÃO ESCOLAR). Ainda ressalta que alguns poucos pais procuram a gestão fora da agenda de reuniões para saber sobre o desempenho, sobre o comportamento, etc., sendo mais frequente a presença em reuniões de pais e mestres.

Em seguida, atentou-se para a contemplação do envolvimento dos pais no currículo, na gestão democrática e no acompanhamento escolar dos filhos/alunos no PPP da escola que foi para análise, onde já na apresentação constava que para construção de um ambiente democrático e que contribuísse com o processo de ensino-aprendizagem seria indispensável a participação da comunidade escolar, da família e da sociedade em geral.

Também no PPP compunha o envolvimento dos pais mediante reuniões de pais e mestres, “atividades informativas com pais alunos e comunidade sobre temas transversais” e “elaboração de boletim informativo para divulgação de atividades e desempenho dos alunos” em período bimestral. (PPP Escola Agrotécnica de Sumé, 2016)

Logo depois, foi perguntado até que nível a gestão considerava que o envolvimento dos pais na educação dos filhos/aluno influenciava diretamente o desempenho escolar dos alunos e o seu comportamento perante os professores e colegas de classe.

Segundo a gestão, a parceria entre pais e a escola possibilita a melhoria no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que o compartilhamento da responsabilidade pela educação dos jovens motiva ambas as partes e contribui para o processo formativo dos estudantes. E conclui dizendo que “os educandos se sentem motivados e apoiados, como também a gestão escolar. Então, escola e família devem estar disponíveis para estabelecer este vínculo e diálogo, em benefício do bem comum do educando”. (GESTÃO ESCOLAR)

Posteriormente, buscou-se entender de que modo a escola procurava ações que visasse maior participação dos pais no planejamento escolar e na vida escolar dos

alunos, visto que grande parte dos alunos residem com seus pais ou responsáveis nas zonas rurais do município e de municípios vizinhos, sendo que a escola é situada na zona urbana.

A gestão explicou que é nítida a pouca frequência da maioria dos pais na escola justamente pelo distanciamento entre a escola e os sítios, não somente, mas também os pais dos alunos que residem na cidade pouco participam quando não há reunião habitual ou alguma convocação excepcional. No entanto, de acordo com a gestão, os pais que mais sofrem com o distanciamento da escola são os da zona rurais, pois estes têm que procurar transportes disponíveis para se deslocarem. Inclusive, a gestão decidiu realizar reuniões, encontros e eventos culturais em dias específicos, como, por exemplo, nos dias em que há feira na cidade, para se adequar às situações de quem mora no sítio, posto que grande parte da população que mora na zona rural de Sumé vêm à cidade para realizar compras mensais ou comercializar alguma mercadoria, alguma produção agrícola, etc. e assim pode aproveitar a oportunidade de estar na cidade e participar das reuniões.

Por fim, foi indagado se a gestão, por meio das reuniões de pais e mestres, eventos e atividades culturais, procura orientar os pais ou responsáveis sobre a importância de sua participação no processo educativo dos filhos/alunos, bem como incitá-los a estimular os filhos à realização das atividades escolares, à leitura, à reflexão sobre o que estuda na escola, e também incentivá-los a interagir mais com os filhos em casa principalmente a respeito de estudos, sobre o mundo do trabalho, sobre a realidade em si, etc.

Segundo a gestão, nas reuniões e nas atividades em que os pais estão presentes, sempre é salientada a presença contínua deles tanto nas atividades e reuniões como no acompanhamento dos desempenhos escolares dos alunos, e também no planejamento da escola. Nesses momentos também são aconselhados a impulsionarem seus filhos a estudarem em casa, a criarem rotinas de estudos e, principalmente, a controlarem o uso excessivo dos celulares para fins que não os educacionais, “tendo em vista que tem se caracterizado como um dos entraves no processo de estudo dos alunos”. (GESTÃO ESCOLAR)



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente, família e escola apresentam graus de interação bastante complexos. Embora sejam estruturalmente diferenciados e tenham responsabilidades comuns, o fato é que são dois contextos essenciais à vida do indivíduo em formação, pois possuem objetivos que se complementam cotidianamente. Dessa forma, anseia-se que exista e que se efetive fortes laços de parceria entre a família e a escola de modo a que o filho/aluno, em sua generalidade, possa desenvolver harmonicamente suas capacidades humanas.

Neste seguimento de ideias, pode-se presumir que quanto mais os pais se identificam com a escola e são estimulados nessa relação, tanto maior será a sua participação no processo educativo-formativo do aluno/filho.

No entanto, a participação dos pais no processo educativo inicia-se, invariavelmente, no ambiente familiar ou equivalente. A escola posteriormente tem o dever de instruir segundo as suas competências de instituição de ensino.

Todavia, o que vem ocorrendo com grande frequência em grande parte das famílias é a atribuição de todo processo formativo-educativo à escola, o que acaba sobrecarregando professores, gestores e todo ambiente escolar. Essa crença de que a escola é a grande provedora da educação-formação dos alunos faz com que haja certo relaxamento por parte dos pais, que acabam sendo displicentes ao negligenciar um dever que é precisamente mais seu do que de qualquer outra instituição: o de incentivar os filhos ao estudo, à leitura, ao desenvolvimento de atividades teóricas e práticas, ao exercício da cidadania, à prática esportiva, entre outros tantos deveres.

Dessa maneira, é preciso estabelecer limites no que diz respeito às atribuições de cada instituição no processo formativo das crianças e dos adolescentes, e orientar efetivamente as famílias por meio de políticas públicas educacionais, sobre os deveres de cada instituição, incentivando não só o apoio dos pais à educação escolar, mas fundamentalmente à educação familiar.

Em vista disso, observou-se na realização dessa pesquisa a necessidade de compreender a importância dos estímulos educacionais (ou a falta deles) instigados pelos pais ou tutelares, assim como dos hábitos e costumes que se desenvolvem no ambiente familiar e, também, de aspectos como a condição financeira, o grau de instrução, a posição político-social dos membros da família/tutelares visando entender

de que maneira tais aspectos refletiam diretamente na educação do filho/aluno, fundamentando-se no desempenho/comportamento escolar destes.

Nesta pesquisa, portanto, objetivou-se compreender a relação e as causas existentes entre os incentivos e a falta desses incentivos na educação familiar, que influenciam diretamente no processo formativo dos estudantes, considerando, é claro, o contexto em que os alunos estão inseridos, isto é, observando as peculiaridades da estrutura social, da localização espacial e da cultura dos sujeitos da pesquisa, os quais residem e tem suas escolas localizadas no Cariri Paraibano.

Em vista disso, de acordo com os resultados obtidos pelo cruzamento de informações, ficou evidente que, neste estudo específico, quanto maior for o envolvimento dos pais ou responsáveis no processo de formação-educação dos filhos/alunos, maior ou melhor será o desempenho destes no ambiente escolar, o que beneficia todos os sujeitos envolvidos no âmbito escolar, uma vez que adolescentes estimulados aos estudos além de obterem boas notas, são, geralmente, mais comportados e comprometidos com sua própria educação.

Para que sejam estimulados, é necessário que haja constante interação entre os pais e os filhos essencialmente no ambiente domiciliar, uma vez que realizar diálogos cotidianos sobre os estudos e atividades desenvolvidas na escola, bem como incitá-los a fazer e revisar as tarefas de casa e ainda fomentar a criação de uma rotina de estudos por parte deles são ações que os estimulam a ter prazer em estudar e possibilita o desenvolvimento de sua autonomia, o que é fundamental para o desabrochar de uma habilidade ou aptidão, instigando o seu futuro no mercado de trabalho.

Para complementação da pesquisa, levou-se em consideração a renda do grupo familiar, uma vez que os recursos disponíveis pelos pais poderiam influenciar na questão dos estímulos, pela facilidade ou dificuldade da compra de materiais didático-pedagógicos como livros, revistas, jornais, e-books, etc., bem como na participação de cursos educacionais, técnicos ou artísticos, na visitação de museus, teatros, bibliotecas, etc. Isto é, intentou-se verificar se o capital econômico dessas famílias poderia influenciar no comportamento e modo de ver a educação.

Entretanto, segundo as respostas dos alunos, notou-se que há certa regularidade nas rendas dos grupos familiares envolvidos, visto que a economia da região gira em torno do funcionalismo público, de aposentadorias, de um pequeno comércio nos centros e de serviços informais. Assim, não houve disparidade que justificasse influência em alguma área da pesquisa. Também foi abordada a questão da escolaridade

dos pais que, segundo as respostas dos alunos, não demonstrou ter grande impacto no comprometimento com a educação dos filhos. Pelo contrário, segundo as respostas dos questionários, a maioria dos pais cujos filhos demonstraram bons desempenhos escolares não tinham nem o ensino médio completo.

Os desempenhos dos alunos da turma, juntamente com os dados obtidos por meio das respostas concedidas pelos alunos mostraram categoricamente o que previamente se esperava: o nível de comprometimento com a educação dos filhos funde-se às notas deles na escola. Dados com o nível de estímulos, de interação e de frequência na escola foram compatíveis com os dados obtidos mediante as notas de cada aluno.

Se as boas notas dos quatro alunos do gráfico 5 comprovaram que o comprometimento dos pais com o processo educativo-formativo dos filhos influencia diretamente nos seus desempenhos, por outro lado, houve, também, a confirmação de que a falta de comprometimento acarreta em mau desempenho dos filhos na escola, comprovados pelos dados dos alunos do gráfico 6. Inclusive, um aspecto importante notado nesse gráfico foi que a maioria dos alunos com baixas notas além de serem diretamente influenciados pela pouca participação dos pais no seu processo educativo estes também são, majoritariamente, residentes do meio rural.

Nesse caso, vários fatores podem ter ocasionado esse efeito negativo nos desempenhos. Um dos principais foi diagnosticado pela própria gestão escolar, que justificou a pouca presença dos pais dos alunos que residem na zona rural, argumentando que há pouco envolvimento na escola por causa do distanciamento entre a escola e as zonas rurais do município.

Sobre esse caso, chega-se a um tema fundamental para pesquisa: a importância da educação do e no campo. Muitos estudos já mostraram que a educação do campo contextualizada efetivamente, isto é, escolas localizadas na zona rural onde os jovens residem têm mais envolvimento dos pais dos alunos, pois permite que estes sujeitos não se desloquem do seu espaço, que faz parte de suas identidades. Nessas escolas os alunos não precisam se deslocar por quilômetros para o espaço urbano, pois aprendizagem é desenvolvida ali, no seu contexto. Entretanto, vem ocorrendo o inverso, ao invés de abrirem novas escolas nas zonas rurais do Cariri, os governantes estão fechando com justificativas de que não rendendo resultados esperados, as escolas do campo são dispendiosas, arriscando inclusive, o fechamento das poucas que restam.

Diante de toda essa estrutura educacional que foi exposta neste estudo, fica claro que o motivo principal de sua criação foi explicitar a importância que o comprometimento, o envolvimento, o empenho e a responsabilidade para com o processo formativo-educativo dos filhos/alunos tem papel fundamental na sociedade, uma vez que desprezado este empreendimento, a possibilidade de satisfação nos estudos e futuramente em outros âmbitos da realidade não seja positiva.

A educação é corresponsabilidade da escola, da família e da sociedade, todas unidas em conjunto no único objetivo que é o desenvolvimento harmônico de todas as qualidades humanas neste processo de formação das crianças e dos adolescentes, sem que uma delegue mais ou menos atribuições a outra, como vem ocorrendo atualmente com as famílias que delegam todo o papel de instruir e educar aos professores, confundindo escolarização com educação, uma vez que acaba sobrecarregando a escola, havendo desequilíbrio de responsabilidades, criando uma demanda muito grande para professores, coordenadores, gestores, etc. das escolas.

Portanto, crê-se que a fundamental participação dos pais e dos cidadãos em geral é um componente indispensável no processo educacional, em que as atitudes e competências adquiridas neste âmbito pelos diversos sujeitos permitem a construção de parcerias sólidas, tendentes ao aprofundamento da cidadania.

## REFERÊNCIAS

**Academia Internacional de Educação:** Departamento Internacional de Educação, 2002. Disponível em: [http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user\\_upload/archive/Publications/educationalpracticesseriespdf/prac02p.pdf](http://www.ibe.unesco.org/fileadmin/user_upload/archive/Publications/educationalpracticesseriespdf/prac02p.pdf). Acesso em: 25 de fev. de 2019.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cultura da mídia, história cultural e educação do campo.** (orgs). João Pessoa: Editora da UFPB, 2011. 428p.

AMAZONAS, M. C. L. A.; DAMASCENO, P. R.; TERTO, L. M. S. & SILVA, R. R. Arranjos familiares de crianças de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, 8 (especial), 2003.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1981.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa:** propostas metodológicas. Aidil de Jesus Paes Barros, Neide Aparecida de Souza Lehfeld. 19. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação.** / Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. (orgs) 9. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1966. – (Ciências sociais da educação).

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 12 de abr. 2019.

\_\_\_\_\_. Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Acesso em 11 de Abr de 2019, disponível em **Código Civil:** <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91577/codigo-civil-lei-10406-02#art-1593>

CATANI, Afrânio Mendes. **Vocabulário Bourdieu.** (Orgs.).1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo.** Em: Educação do Campo: campo-políticas públicas educação. Brasília: NEAD, 2008.

CORTELLA, Mario Sergio. **Educação, Escola e Docência:** novos tempos, novas atitudes. São Paulo: Cortez, 2014.

CUNHA, Paulo Rodrigues. **Educação em Debate.** Lisboa: Universidade Católica. (1997).

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 216

DUDH, **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acessado em: 23 abr. 2019.

FERREIRA, A. B. H. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOODE, W. & P. Hatt. **Métodos em pesquisa social**. 7.ª ed. – São Paulo: Nacional, 1979.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. 35ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1962. Trad. Maria Tereza Teixeira & Marcus Penchel.

IBGE. **Registro Civil**, – Casamentos Homoafetivos. IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LUZ, Reginaldo Rodrigues & SCHOTTEN, Neuci. **Atribuições da educação familiar e escolar no desenvolvimento integral do educando**. Acesso em: 14 mai. 2019. Disponível em: [http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes\\_pde/2016/2016\\_artigo\\_ped\\_utfpr\\_reginaldorodriguesdaluz.pdf](http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_ped_utfpr_reginaldorodriguesdaluz.pdf).

MARTINS, Evandro Silva. A etimologia de alguns vocábulos referentes à educação. **Revista Olhares e Trilhas**. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 31-36, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/olharesetrilhas/article/download/3475/2558/0>. Acesso em: 18 abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**/ Maria Cecília de Souza Minayo. 12. Ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 407p.

MOREIRA, Armindo. **Professor não é educador**/ Armindo Moreira. Cascavel PR: 2012, 186p.

OUTEIRAL, José Ottoni; CEREZER, Cleon (1982a). **O mal-estar na Escola**.. 2.Ed. Revinter. Porto Alegre, 2005.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 2. Ed. São Paulo: Best Seller, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23<sup>o</sup>.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

TIBA, Içami. **Quem ama educa: formando cidadãos éticos**.– Ed. atual. – São Paulo: Integrare Editora, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. Augusto Nivaldo Silva Trivifios.– São Paulo: Atlas, 1987.

## APÊNDICE A

## QUESTIONÁRIO

Nome: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Zona: \_\_\_\_\_

## SOCIOECONÔMICO

- 1 Quantas pessoas residem na sua casa contando com você?
- 2 Quem são (ex.: pai, mãe, irmão, tio, primo)?
- 3 Estado da residência onde mora?
- 4 Até que etapa de escolarização seu pai (ou avô, tio, etc.) concluiu? Se sim, qual?
- 5 Até que etapa de escolarização sua mãe (ou avó, tia, etc.) concluiu?
- 6 Qual a renda total de sua família?
- 7 Você exerce alguma atividade remunerada?

## PESSOAL

1. Você revisa as atividades escolares em casa?
2. Você possui livros, revistas, jornais, gibis em casa?
3. Você costuma frequentar a biblioteca da escola, da cidade, da universidade ou algum grupo de leitura?
4. Você costuma ler em casa ou em ambientes fora da escola?
5. Para você, ler é:
6. Você participa dos projetos, eventos e viagens da escola?
7. Você possui *smartphone* (Celular) ou computador (*Notebook*, *PC*)?
8. Quanto tempo costuma utilizar as redes sociais (*whatsapp*, *facebook*, *instagram*, *twitter*) quando está em casa?
9. Com que frequência você utiliza a internet para realizar alguma atividade escolar ou pesquisa sobre alguma disciplina?
10. Utiliza o *You Tube* com mais frequência para quais finalidades?
11. O que você mais faz durante as noites?
12. Você já participou de algum curso fora do horário escolar, como Inglês, Teatro, Desenho, Música, Informática ou qualquer outro?
13. Estudar é importante para:
14. Para você, sua educação é responsabilidade de quem?
15. Quem ou que mais estimula você a estudar?



**PAIS**

1. Seus pais (ou as pessoas com quem você mora) lhe ajudam nas tarefas para casa? Se não ou raramente, por quais motivos você acredita que eles não lhe ajudam?
2. Com que frequência seus pais (ou os responsáveis por você) visitam a escola e vão as reuniões?
3. Se não frequentam, quais os motivos?
4. Seus pais (ou as pessoas que moram com você) perguntam sobre seu desempenho na escola (notas, provas, atividades, frequência)?
5. Seus pais (ou as pessoas que moram com você) lhe estimulam a fazer as tarefas de casa?
6. Seus pais (ou as pessoas que moram com você) compram livros, revistas, gibis, jornais para você ler?
7. Você pede a seus pais (ou às pessoas que moram com você) para comprar livros, revistas, gibis, jornais?
8. Você conversa com seus pais (ou com as pessoas com quem você mora) sobre os assuntos da escola (matérias, provas, professores)?
9. Quando você vai mal nas notas seus pais (ou as pessoas que moram com você) procuram a escola, os professores ou a coordenação para mais esclarecimentos?
10. Seus pais (ou as pessoas com quem você mora) permitem que você falte às aulas com que frequência?
11. Você considera seus pais (ou as pessoas com quem você mora) LIBERAIS, ou seja, eles lhe dão mais liberdade de escolha, de opinião, etc., ou mais CONSERVADORES, ou seja, regulam e reprimem suas atitudes e escolhas etc.?
12. Você acha que seus pais (ou as pessoas com quem você mora) estão preocupados com a sua educação?

**APÊNDICE B****QUESTIONÁRIO E ENTREVISTA À GESTÃO ESCOLAR**

- 1 Quem é o (a) responsável pelo levantamento da frequência dos pais à escola?
- 2 Qual a frequência dos pais à escola, individualmente por aluno?
- 3 Sem contar com as reuniões, quais pais mais procuram a escola para saber do desempenho, comportamento, boletim, etc. dos filhos/alunos?
- 4 Qual o desempenho individual dos alunos nas principais disciplinas?
- 5 É contemplado no PPP o envolvimento dos pais no desenvolvimento do currículo, na gestão da escola e no acompanhamento escolar dos alunos/filhos?
- 6 Considera que o envolvimento dos pais na gestão da escola influencia o desempenho dos alunos/filhos?
- 7 Acredita que tem alguma relação entre o distanciamento da escola e as comunidades camponesas no envolvimento dos pais na escola?
- 8 A escola tem desenvolvido alguma ação que vise maior participação dos pais na educação escolar dos alunos?